

Ministério da Economia mantém previsão do PIB em 1,5%

O governo federal alterou para cima a previsão da inflação deste ano. O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que em março era estimado em 6,55% para o ano, agora teve a previsão elevada para 7,9%. A estimativa do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) subiu de 6,7% para 8,10%, e a do Índice Geral de Preços (IGP-DI), de 10,01% para 11,4%. A estimativa do Produto Interno Bruto (PIB) foi mantida em 1,5%. Os dados, divulgados na quinta-feira (19), são do Boletim Macro Fiscal da

Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Economia.

Para 2023, o governo federal manteve também a previsão do PIB e aumentou a da inflação. O PIB, segundo a estimativa, deverá fechar 2023 com alta de 2,5% (a mesma previsão do último boletim, divulgado em março). Já o IPCA deverá encerrar 2023 em 3,6% (a previsão de março era alta de 3,25%); o INPC, em 3,7% (3,5% era a estimativa em março); e o IGP-DI, em 4,57% (4,42%).

“A expectativa para a taxa de

inflação IPCA aumentou de 6,55% para 7,90% em 2022 e de 3,25% para 3,60% em 2023. A partir de 2024, espera-se convergência da inflação IPCA para a meta de 3%. Em relação ao INPC, a projeção para 2022 elevou-se de 6,70% para 8,10%”, diz o texto do documento.

Segundo o boletim, a melhora no desempenho do PIB brasileiro tem ocorrido em razão da retomada no setor de serviços e ampliação dos investimentos, o que, de acordo com o documento, tem refletido na

recuperação do mercado de trabalho. O texto destaca que o setor de serviços cresceu 1,8% no primeiro trimestre de 2022, atingindo o maior patamar desde maio de 2015.

“A estimativa de crescimento do PIB brasileiro para 2022 foi mantida em 1,5%. De 2023 em diante, as estimativas permaneceram em 2,5%. Desde março, em linha com as projeções da SPE, pode-se notar uma revisão alista das expectativas de mercado para a atividade econômica”, diz o texto. (Agência Brasil)

INTERNACIONAL

Brics: Brasil defende resolução pacífica para guerra na Ucrânia

O Brasil defendeu na quinta-feira (19) em reunião virtual dos chanceleres do Brics a solução pacífica e negociada do conflito entre Rússia e Ucrânia e pediu urgência na busca de solução para a crise humanitária no país. Além disso, a representação diplomática do país ressaltou a necessidade de respeito ao Direito Internacional e aos princípios da Carta da Organização das Nações Unidas (ONU). A reunião resultou na declaração conjunta “Fortalecer a solidariedade e a cooperação do Brics, responder a novas realidades e desafios na situação internacional”.

Na primeira parte do encontro, que foi restrita aos chanceleres dos países do grupo, composto por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, os ministros manifestaram suas posições nacionais sobre a situação na Ucrânia, já defendidas em foros como a Assembleia Geral e o Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Os chanceleres demonstraram ainda preocupação com a recuperação econômica e a estabilidade internacional. Eles destacaram os efeitos adversos da interrupção de cadeias produtivas e de graves ameaças à segurança alimentar e energética e aos objetivos de desenvolvimento sustentável.

“O Brasil ressaltou a importância que atribui à cooperação entre os países do agrupamento em áreas como economia e finanças, que resultaram na criação do Novo Banco de Desenvolvimento, assim como em outras áreas promissoras, a exemplo de comércio, saúde e vacinas, combate ao terrorismo e a crimes transnacionais e ciência, tecnologia e inovação”, apontou o Itamaraty em nota sobre o encontro.

Na parte complementar, a convite da China, que ocupa atualmente a presidência do grupo, houve a participação também da Arábia Saudita, Argentina, Cazaquistão, Egito, Emirados Árabes Unidos, Índia, Nigéria, Senegal e Tailândia. A intenção foi ampliar o diálogo com outros países e demonstrar a vocação do grupo para fortalecer o papel das economias emergentes na governança global.

A declaração conjunta informa que o Brics continuará com o aprimoramento da estrutura de cooperação entre os países integrantes sob os três pilares: político e de segurança; economia e finanças; intercâmbios interpessoais e culturais.

A iniciativa tem como objetivo acelerar a implementação da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável e para ampliar e aprofundar ainda mais a cooperação entre os países do Brics.

“Os ministros concordaram que, diante dos novos desafios e características emergentes, os países do Brics devem aumentar sua solidariedade e cooperação e trabalhar juntos para enfrentá-los”, disse o comunicado divulgado após a reunião.

Por meio da defesa do direito internacional, o documento reforça o compromisso do grupo com o multilateralismo, incluindo os propósitos e princípios consagrados na Carta da ONU e com o papel central das Nações Unidas em um sistema internacional, em que Estados soberanos cooperam para manter a paz e a segurança, promover o desenvolvimento sustentável, garantir a promoção e proteção da democracia, dos direitos humanos e das liberdades fundamentais para todos, além de promover a cooperação baseada no espírito de respeito mútuo, justiça e igualdade.

China e Rússia realçaram a importância que conferem ao papel do Brasil, da Índia e da África do Sul nas relações internacionais, além de apoiarem suas aspirações de desempenharem papéis mais relevantes na ONU.

Sobre o combate à pandemia apoiaram o protagonismo da Organização Mundial da Saúde (OMS) e defenderam que era “imperativo garantir a disponibilidade de diagnósticos, medicamentos, vacinas e produtos médicos essenciais seguros, eficazes, acessíveis e econômicos para pessoas de diferentes países, especialmente países em desenvolvimento, bem como a distribuição equitativa de vacinas e a vacinação rápida, para preencher a lacuna de imunização globalmente”.

Os ministros reconheceram ainda a importância das discussões em andamento na OMC sobre as propostas relevantes de isenção de Direitos de Propriedade Intelectual (PI), como também a capacitação e o fortalecimento da produção local de vacinas e outros equipamentos de saúde, principalmente nos países em desenvolvimento.

“Ressaltaram a necessidade de continuar a fortalecer a cooperação no desenvolvimento, nos métodos de testagem, na terapêutica, na pesquisa, produção e reconhecimento de vacinas, na pesquisa sobre sua eficácia e segurança à luz de novas variantes do vírus covid-19, e no reconhecimento do documento nacional de vacinação contra a covid-19 e nas respectivas testagens, especialmente para fins de viagens internacionais, bem como o compartilhamento de conhecimento sobre a medicina tradicional entre os países do Brics”, indicou o documento.

Os chanceleres apoiaram ainda o lançamento do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento de Vacinas do Brics, o estabelecimento do Sistema Integrado de Alerta Precoce do Brics para prevenir riscos de doenças infecciosas em massa e a adoção do Memorando de Entendimento sobre Cooperação no campo da Regulação de Produtos Médicos para Uso Humano.

O comunicado defende também que é crucial para os países garantirem o desenvolvimento sustentável como forma de governança econômica global e lembra o apoio do grupo à ampliação e ao fortalecimento da participação de mercados emergentes e países em desenvolvimento (EMDCs) na tomada de decisões econômicas internacionais e nos processos de definição de normas.

O Brics reforçou o apoio ao papel de liderança do G20 na governança econômica global e destacou que este grupo deve permanecer sem alterações e responder aos atuais desafios globais.

“Conclamaram a comunidade internacional a promover parcerias, sublinhando que é imperativo fortalecer a coordenação macropolítica para tirar a economia mundial da crise e moldar uma recuperação econômica pós-pandemia forte, sustentável, equilibrada e inclusiva. Instaram os principais países desenvolvidos a adotarem políticas econômicas responsáveis, ao mesmo tempo em que gerenciam as repercussões dessas políticas, para evitar impactos severos nos países em desenvolvimento”, indicou o texto do documento. (Agência Brasil)

Safra de café 2022 pode chegar a 53,4 milhões de sacas

A estimativa da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) para a produção de café é de 53,4 milhões de sacas, na safra deste ano. O volume representa acréscimo de cerca de 5,7 milhões de sacas em relação ao ciclo anterior.

Se comparado com a colheita de 2020, último ano de bialidade positiva, a produção esperada para este ano é 15,3% inferior, o que representa 9,65 milhões de sacas. O ciclo bial é uma característica da cultura e consiste na alternância de um ano com grande florada seguido por outro com florada menos intensa.

“A recuperação é limitada, uma vez que a estiagem e as geadas ocorridas ainda no ano passado, principalmente em Minas Gerais, no Paraná e em São Paulo, debilitaram as plantas, influenciando no desempenho produtivo das lavouras de café”, diz o presidente da Conab, Guilherme Ribeiro, em nota.

Café arábica

De acordo com a companhia, o café do tipo arábica é aquele que mais deve ser influenciado pelo clima adverso, pois a sua concentração ocorre nas regi-

ões mais impactadas pelas baixas temperaturas e pela escassez hídrica. Mas a expectativa ainda é de recuperação na produção em relação à safra passada, podendo chegar a 35,7 milhões de sacas do produto beneficiado. “Porém, era esperado um potencial produtivo maior, por se tratar de um ciclo de bialidade positiva. Se comparado com a safra 2020, a sinalização é de diminuição de 23,6% do volume total estimado”, acrescenta a Conab.

Segundo a companhia, para a produtividade média, o último ano de bialidade positiva alcançou cerca de 32,21 sacas por hectare para o mesmo café arábica. Já na atual safra, a estimativa é de um rendimento médio de 24,6 sacas por hectare. Minas Gerais continua como o maior produtor de café do Brasil com 24,7 milhões de sacas produzidas, destas 24,4 milhões são de arábica.

Café Conilon

Em movimento oposto ao arábica, a produção de café conilon deve atingir novo recorde, com colheita de 17,7 milhões de sacas beneficiadas – um aumento de 8,7% em relação à safra

anterior, puxado pelo incremento de produtividade que tem sido recorrente a cada ano.

No Espírito Santo, principal estado produtor de conilon, a produção tende a ultrapassar as 12 milhões de sacas. “Não houve registro de extremos climáticos no estado capixaba. Pelo contrário, o volume de chuvas e as temperaturas foram favoráveis para a cultura. O mesmo cenário foi verificado na Bahia. Em Rondônia, além das boas condições climáticas, os produtores seguem investindo em melhorias nos pacotes tecnológicos. Já os estados de Mato Grosso e Amazonas apresentam grande potencial para ampliar a produtividade e consequentemente a produção”, ressalta o diretor de Informações Agropecuárias e Políticas Agrícolas da Conab, Sergio De Zen, em nota.

Área

Segundo o levantamento da Conab, a área destinada para o café está estimada em 2,2 milhões de hectares, aumento de 1,9% em relação a 2021. A elevação é esperada tanto para o espaço destinado para as plantas em formação como para aquelas em produção. Para a área em

formação, que contempla plantios novos e áreas esqueletadas ou recaptadas, a Conab estima cerca de 401,2 mil hectares, enquanto as lavouras em produção devem se estender por 1,84 milhão de hectares, alta de 2,5% e 1,8% respectivamente.

Mercado externo

Nos quatro primeiros meses deste ano, o Brasil exportou 14,1 milhões de sacas de 60 quilos de café. O volume é 10,8% menor do que o exportado em igual período do ano passado, resultado influenciado pela queda na produção de café em 2021 e redução dos estoques internos nos primeiros meses de 2022.

“Atualmente, a oferta restrita do produto continua influenciando os preços. Por outro lado, a pressão baixista sobre o consumo aumenta as incertezas e a tendência atual é de muita volatilidade. Porém a recuperação limitada da produção brasileira impede quedas mais expressivas nas cotações de café e sustenta os valores praticados no mercado em patamares elevados”, pondera o superintendente de Estudos de Mercado e Gestão da Oferta da Conab, Allan Silveira. (Agência Brasil)

Presidente sanciona MP que torna Auxílio Brasil de R\$ 400 permanente

O presidente da República, Jair Bolsonaro, sancionou a medida provisória que torna o Auxílio Brasil de R\$ 400 um benefício permanente. A sanção foi publicada na quinta-feira (19) no Diário Oficial da União. A proposta inicial do governo federal previa que esse valor valesse apenas até dezembro de 2022. Os parlamentares, no entanto, decidiram tornar o valor permanente, e o texto aprovado pelo Senado, no último dia 4, já tornava o piso de R\$ 400 permanente com a inclusão de uma espécie de complemento ao valor do Auxílio Brasil. Antes, o benefício tinha o tíquete médio de R\$ 224.

O Auxílio Brasil foi o programa social criado pelo governo em substituição ao Bolsa Fa-

mília, criado em 2003.

De acordo com a Secretaria-Geral da Presidência da República, o governo gasta cerca de R\$ 47,5 bilhões anuais só com o volume regular do Auxílio Brasil. A estimativa é que o governo precise desembolsar outros R\$ 41 bilhões por ano para bancar o valor complementar ao benefício.

“A sanção presidencial é importante para efetivar o Programa Auxílio Brasil, tornando-o perene à sociedade, mitigando o gargalo financeiro relativo aos mais necessitados”, disse a past-

O benefício extraordinário passa a fazer parte do conjunto de benefícios que compõem o Programa Auxílio Brasil. A secretaria informou que, para o

cálculo total do benefício, serão somados os benefícios financeiros do Auxílio Brasil para famílias em situação de pobreza ou de extrema pobreza: o benefício primeira infância, no valor de R\$ 130 para famílias com crianças de idade até 3 anos de idade incompletos; o benefício composição familiar, no valor de R\$ 65 mensais para famílias com gestantes, lactantes ou pessoas de idade entre 3 e 21 anos incompletos (o valor é pago uma vez para cada membro da família que se enquadre nessas situações); o benefício de superação da extrema pobreza, para famílias cuja renda familiar per capita mensal, mesmo somados os benefícios anteriores, seja igual ou inferior ao valor da linha de extrema pobreza; e o benefício compen-

satório de transição, concedido às famílias beneficiárias do Bolsa Família que tiveram redução no valor financeiro total dos benefícios recebidos em decorrência do enquadramento na nova estrutura de benefícios.

O projeto aprovado também aprovou uma limitação de 30% nos descontos do valor pago mensalmente às famílias que recebem o seguro defeso, nos casos em que houve pagamento indevido do Auxílio Brasil durante os seis primeiros meses (com o acúmulo dos dois benefícios).

O seguro defeso é pago ao pescador artesanal durante o período de três a cinco meses no qual ele não pode pescar para preservar as espécies na época reprodutiva. (Agência Brasil)

Privatização pode aumentar recursos para infraestrutura, segundo ministro

O ministro da Economia, Paulo Guedes, defendeu na quinta-feira (19) a privatização como forma de aumentar os investimentos em infraestrutura. Segundo o ministro, “modelo antigo”, baseado em grandes empresas estatais “se esgotou”.

“Só uma empresa, a Ceda, Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro, quando fizemos o marco do saneamento, mobilizou em um fim de semana, aqui em São Paulo, R\$ 50 bilhões. Seis vezes e meia o orçamento do ministro [da Infraestrutura]”, disse, ao comparar o resultado do leilão realizado em abril e o orçamento do Ministério da Infraestrutura. Na ocasião, foram pagos R\$ 22,69 bilhões em outorgas e estão previstos R\$ 30 bilhões em investimentos em 12 anos. O ministro par-

ticipou de um seminário promovido pela plataforma Arko Advice e Traders Club.

Na quarta-feira (18), o plenário do Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou o modelo de privatização da Eletrobras, estatal considerada a maior empresa energética da América Latina.

Guedes afirmou ainda que a alta carga tributária tem provocado a redução da produção industrial do país nos últimos anos. “O IPI, Imposto sobre Produtos Industrializados desindustrializou o Brasil”, enfatizou durante a palestra. Segundo o ministro, são os impostos que fazem com que o país tenha que importar produtos que poderiam ser produzidos nacionalmente. “O Brasil tem matéria-prima de toda espécie. Ou seja, tem a soja, mas, às vezes tem que trazer de

fora o óleo de soja, tem o minério de ferro, mas, às vezes, tem que trazer de fora o aço.”

Guedes disse que o governo aproveitou o aumento de arrecadação para diminuir os valores cobrados com o imposto. “Pela primeira vez, em 40 anos, nós baixamos o IPI. Ninguém fez isso antes”, destacou. Em fevereiro, uma série de produtos teve as alíquotas do IPI reduzidas em 25%, percentual que foi ampliado para 35% a partir de maio. De acordo com o Ministério da Economia, com a desoneração, a União deixará de arrecadar R\$ 15,2 bilhões em 2022, R\$ 27,3 bilhões em 2023 e R\$ 29,3 bilhões em 2024.

O ministro também comentou sobre a alta inflação que, segundo ele, é um fenômeno mundial. “A inflação que tem hoje é uma inflação mundial,

porque os bancos centrais dormiram no volante. O nosso [Banco Central] já acordou, saiu correndo e tomou um café: está vivo”, disse, sobre o aumento da taxa básica de juros que o Banco Central tem feito desde o ano passado para conter o aumento generalizado de preços.

De acordo com Guedes, a inflação mundial é causada por uma desorganização da produção provocada pelas medidas restritivas para conter a pandemia de covid-19. “Como houve essa ruptura de cadeias produtivas, o mundo deu uma desorganizada geral. Houve um choque adverso de oferta. E ao mesmo tempo todos os governos lançaram esses programas sociais. Ou seja, a demanda aumentou forte, a oferta foi contida e a inflação global subiu.” (Agência Brasil)

General Shopping e Outlets do Brasil S.A.

Companhia Aberta – CNPJ nº 08.764.621/0001-53 – NIRE 35.300.340.833

FATO RELEVANTE

General Shopping e Outlets do Brasil S.A., companhia aberta com sede na Avenida Angélica, nº 2.466, 24º andar, conjunto 241, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo (“Companhia”), em cumprimento ao disposto na Instrução CVM nº 384, de 17 de março de 2003, e na Resolução CVM nº 44, de 23 de agosto de 2021, informa aos seus acionistas e ao mercado em geral que resiliu o contrato celebrado com o Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários, instituição financeira inscrita no CNPJ/ME sob o nº 61.855.045/0001-32 (“Formador de Mercado”), para exercer a função de formador de mercado de suas ações ordinárias no âmbito da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”). A Companhia informa, ainda, que 1.428.328 ações ordinárias de sua emissão encontram-se em circulação no mercado, e que não celebrou qualquer contrato regulando o exercício do direito de voto ou a compra e venda de valores mobiliários de emissão da Companhia com o Formador de Mercado. As atividades do Formador de Mercado se encerrarão 30 dias após esta data. A Companhia informa, ainda, que, até a presente data, não celebrou qualquer contrato e não tem planos para contratar outra instituição para atuar como seu formador de mercado na B3.

São Paulo, 18 de maio de 2022.

Marcio Snioka
Diretor de Relações com Investidores

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/1957-E41E-2AB5-085E> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 1957-E41E-2AB5-085E



Hash do Documento

83D3C87D59B7F87DD7471FFF916891EFB9B4AA3D1081331BB2BEFBB30BD08B40

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 20/05/2022 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 20/05/2022 08:50 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS, LIVROS, REVISTAS LTDA - 64.186.877/0001-00



Avante Produtos Inteligentes e Soluções de Pagamentos S.A.

CNPJ: 26.561.684/0001-94

Demonstrações Financeiras - Período: 01/01/2021 a 31/12/2021

Balanco Patrimonial		Demonstração do Resultado do Exercício	
Ativo	13.549,19	Resultado Líquido do Período	2.411,57 C
Ativo Circulante	13.549,19	Receita Bruta	
Clientes	6.064,01	Receita da Prestação de Serviços no Mercado Interno	2.411,57 C
Duplicatas a Receber	6.064,01	Deduções da Receita Bruta	343,35 D
Outros Créditos	7.485,18	(-) Cofins sobre Receita Bruta	183,28 D
Outros Créditos	7.485,18	(-) PIS/PASEP sobre Receita Bruta	39,79 D
Ativo Não Circulante	0,00	(-) ISS	120,28 D
Imobilizado	0,00	Outras Receitas Operacionais das Atividades em Geral	4.971,31 D
Bens Móveis	(9.942,61)	Ganho de Ajustes a Valor Justo - Outras Operações	4.971,31 D
Imobilizado em Andamento	9.942,61	Despesas Operacionais das Atividades em Geral	95.360,24 D
Passivo	13.549,19	(-) Multas	8.713,24 D
Passivo Circulante	1.022.639,53	(-) Despesas com Telefone e Internet	86.647,00 D
Exigível a Curto Prazo	944.381,66	Outras Despesas Operacionais das Atividades em Geral	95.360,24 D
Empréstimos e Financiamentos	944.381,66	(-) Outras Despesas Financeiras	22.280,13 D
Obrigações Tributárias	118.317,87	(-) Outras Despesas Operacionais = Prejuízo	134.486,72 D
Obrigações Tributárias	118.317,87		
Outros Créditos	4.181.568,89		
Passivo Não Circulante	4.181.568,89		
Passivo Exigível a Longo Prazo	4.181.568,89		
Obrigações Tributárias	216.122,22		
Outras Obrigações	3.965.446,67		
Patrimônio Líquido	(5.230.719,23)		
Capital Social	301.000,00		
Capital Social	701.000,00		
(-) Capital a Integralizar	(400.000,00)		
(-) Prejuízos Acumulados	(5.397.232,51)		
(-) Prejuízos Acumulados	(5.397.232,51)		
Resultado do Exercício	(134.486,72)		
Resultado do Exercício	(134.486,72)		

São Paulo, 31 de dezembro de 2021

Reconhecemos a exatidão do presente Balanco Patrimonial, cujos valores do Ativo e Passivo mais Patrimônio Líquido Importam em R\$ 13.549,19 (treze mil, quinhentos e quarenta e nove Reais e dezenove Centavos)

Presidente
Priscila de Almeida Campos
CPF: 306.559.828-09
Contador

Ademir Giacomelli - TC CRC: 1SP1610010-0

AVANTE.COM.VC SOLUÇÕES E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 15.562.467/0001-00

Demonstrações Financeiras - Período: 01/01/2021 a 31/12/2021

Balanco Patrimonial		Demonstração do Resultado do Exercício	
Ativo	1.860.551,36	Resultado Líquido do Período	4.782.875,57 C
Ativo Circulante	1.851.088,52	Receita Bruta	958.026,00 D
Disponível	40.022,50	Receita de Exportação de Serviços	800,00 C
Bancos	40.022,50	Receita da Revenda de Mercadorias no Mercado Interno	
Clientes	609.984,74	Receita da Prestação de Serviços no Mercado Interno	5.740.101,57 C
Duplicatas a Receber	1.201.091,28	Deduções da Receita Bruta	646.671,92 D
Outros Créditos	1.201.091,28	(-) Cofins sobre Receita Bruta	344.891,74 D
Outros Créditos	1.201.091,28	(-) PIS/PASEP sobre Receita Bruta	74.777,83 D
Ativo Não Circulante	9.452,84	(-) ISS	226.902,35 D
Ativo Realizável a Longo Prazo	9.452,84	Outras Receitas Operacionais das Atividades em Geral	8.023.963,34 D
Outros Créditos	9.452,84	Atividades em Geral	2.483,41 C
Passivo	1.860.551,36	Variáveis Cambiais Ativas	4.485,94 C
Passivo Circulante	11.435.162,57	Outras Receitas Financeiras	2.502,53 D
Fornecedores	431.518,35	Outras Receitas Operacionais	500,00 C
Fornecedores	431.518,35	Despesas Operacionais das Atividades em Geral	8.023.963,34 D
Obrigações Tributárias	5.479.197,87	(-) Remuneração a Dirigentes e ao Conselho de Administração	150.613,07 D
Obrigações Tributárias e Previdenciária	1.241.342,89	(-) Ordenados, Salários, Gratificações e Outras Remunerações a Empregados	1.791.518,61 D
Obrigações Tributárias e Previdenciária	1.241.342,89	(-) Outros Gastos com Pessoal	1.492.679,84 D
Outras Obrigações	4.233.103,46	(-) Outros Serviços Prestados por Pessoa Física ou Jurídica	1.234.579,63 D
Outras Obrigações	4.233.103,46	(-) Encargos Sociais - Previdência Social	738.678,02 D
Passivo Não Circulante	50.315.000,91	(-) Encargos Sociais - FGTS	150.822,37 D
Passivo Exigível a Longo Prazo	50.315.000,91	(-) Demais Impostos, Taxas e Contribuições, Exceto IR e CSLL	93.680,44 D
Empréstimos e Financiamentos	59.420.917,01	(-) Aluguéis	16.061,35 D
Obrigações Tributárias	5.663.364,67	(-) Despesas com Veículos e de Conservação de Bens e Instalações	117.124,68 D
Outras Obrigações	5.230.719,23	(-) Propaganda, Publicidade e Patrocínio	190.347,73 D
Patrimônio Líquido	(59.889.612,12)	(-) Multas	89.690,92 D
Capital Social	55.498.004,93	(-) Perdas em Operações de Crédito	4.976,05 D
Capital Social	56.498.072,07	(-) Provisões para Férias	18.942,27 D
(-) Capital a Integralizar	(1.000.067,14)	(-) Provisões para 13º Salário de Empregados	37.175,22 D
Reservas de Capital	14.652.071,97	(-) Provisão para Perda de Estoque de Livros	81.732,33 D
Reservas de Capital	14.652.071,97	(-) Demais Provisões	134.486,73 D
(-) Prejuízos Acumulados	(119.064.439,69)	(-) Assistência Médica, Odontológica e Farmacêutica a Empregados	743.011,02 D
(-) Prejuízos Acumulados	(119.064.439,69)	(-) Despesas com Água e Esgoto	1.1.590,00 D
Resultado do Exercício	(10.975.249,33)	(-) Despesas com Telefone e Internet	857.279,58 D
Resultado do Exercício	(10.975.249,33)	(-) Despesas com Correios e Malotes	9.068,39 D
		(-) Despesas com Seguros	59.905,09 D
		Outras Despesas Operacionais das Atividades em Geral	7.089.973,05 D
		(-) Outras Despesas Financeiras	6.528.920,39 D
		(-) Outras Despesas Operacionais = Prejuízo	561.052,66 D
			10.975.249,33 D

São Paulo, 31 de dezembro de 2021

Reconhecemos a exatidão do presente Balanco Patrimonial, cujos valores do Ativo e Passivo mais Patrimônio Líquido Importam em R\$ 1.860.551,36 (um milhão, oitocentos e sessenta Mil, Quinhentos e Cinquenta e Um Reais e Trinta e Seis Centavos)

Presidente
Priscila de Almeida Campos
CPF: 306.559.828-09
Contador

Ademir Giacomelli - TC CRC: 1SP1610010-0

Zurich Airport Latin America Ltda.

CNPJ nº 28.388.260/0001-03

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanco Patrimonial - Período de 01 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2021 - Em Reais

01 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2021		01 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2021	
Ativo Circulante		Passivo Circulante	
Caixa e Equivalentes de Caixa	7.954.954,29	Contas a Pagar	97.696,51
Adiantamento a Terceiros	22.391,55	Impostos a Pagar	131.381,14
Impostos a Recuperar	1.364.520,50	Salários e Contribuições a Pagar	841.229,32
Total Circulante	9.352.315,67	Provisões de Folha	48.352,74
Não Circulante		Total Circulante	1.118.659,71
Outros Créditos	94.494,40	Não Circulante	
Participação em Controladas	600.292.932,97	Recursos para Aumento de Capital	0,48
Total Não Circulante	600.387.427,37	Outras Contas Controladas	22.907.620,41
Total do Ativo	609.846.202,49	Total Não Circulante	22.907.620,89
		Patrimônio Líquido	
		Capital Social Subscrito	580.505.923,00
		Resultados Acumulados	(1.499.117,96)
		Resultado do Exercício	6.813.116,85
		Total Patrimônio Líquido	585.819.921,89
		Total do Passivo	609.846.202,49

DRE publicado neste mesmo jornal impresso e digital na data do dia 13 de maio de 2022.

Demonstração da Mutações do Patrimônio Líquido - Período de 01 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2021 - Em Reais

Saldos em 31 de Dezembro de 2020	Capital		Resultado Acumulado	Total Patrimônio
	Capital Integralizado	Reserva de Lucros		
Aumento de Capital	580.505.923,00	-	(971.923,22)	579.533.999,78
Dividendos Distribuídos	-	-	-	-
Lucro do Exercício	-	-	6.813.116,85	6.813.116,85
Ajuste de Exercício Anterior	-	-	(527.194,74)	(527.194,74)
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	580.505.923,00	-	5.131.998,89	585.819.921,89

Administrador - Johann Georg Erwin Gigl - CPF: 064.361.977-10
Contador - Delbon José Garcia - CRC: 1SP297.505/O

Rigel Administração e Participações S.A.

CNPJ nº 21.644.732/0001-94

Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

Balanco Patrimonial		Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido		Demonstrações de Fluxo de Caixa	
2021	2020	2021	2020	2021	2020
Ativo/Ativo circulante	2021 2020	Capital social AFAC	Reserva de lucros	Fluxo das atividades operacionais	
Caixa e equivalentes de caixa	23 9	lucros	lucros	Lucro líquido do exercício	19.907 4.353
Outras contas a receber	7 1	lucros	lucros	Ajuste de:	
Ativo Não Circulante	158.704 97.768	Total	Total	Resultado de controladas reconhecido por equivalência patrimonial	(29.354) (10.855)
Permanente	158.704 97.768	Saldos em 31/12/2019	10 - (10) -	Outros ganhos, líquidos	9.297 6.408
Investimentos	158.704 97.768	Ajuste de exercícios anteriores	- - - 592 592	Variação no capital circulante	
Total do ativo	158.704 97.768	Saldos de abertura ajustado 1º/01/2020	10 - - 582 592	Outros ativos circulante e não circulantes	(6) (1)
Passivo e Patrimônio Líquido/Passivo circulante	2021 2020	Aumento do capital AFAC	92.730 - - 92.730	Impostos e contribuições a recolher	- 1
Obrigações tributárias	1 1	Lucro líquido do exercício	- 70 - 70	Obrigações trabalhistas	(29) 32
Salários e ordenados	3 32	Transferência entre reservas	- - 4.935 (4.935)	Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(185) (62)
Passivo Não Circulante	158.704 97.745	Saldos em 31/12/2020	92.740 70 4.935 - 97.745	Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	
Capital social	133.723 92.740	Ajuste de exercícios anteriores	- - - (104) (104)	Dividendos Pagos	(2) -
Reserva de lucros	24.736 4.935	Saldos de abertura ajustado 1º/01/2021	92.740 70 4.935 (104) 97.641	AFAC	201 70
AFAC	271 70	Aumento do capital AFAC	- 201 - 201	Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	199 70
Total do passivo	158.734 97.778	Aumento do capital	40.983 - - 40.983	Aumento de caixa e equivalentes de caixa	14 8
Demonstrações de Resultados	2021 2020	Lucro líquido do exercício	- - - 19.907 19.907	Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	9 1
Despesas e receitas operacionais	(147) (92)	Distribuição de dividendos	- - (2) (2)	Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	23 9
Despesas administrativas	(147) (92)	Transferência entre reservas	- 19.801 (19.801)		
Participação nos lucros de controladas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	29.354 10.855	Saldos em 31/12/2021	133.723 271 24.736 - 158.730		
Outras perdas, líquidas	(9.297) (6.408)	Diretoria			
Lucro operacional	19.910 4.353	Mário Cesar Roque			
Despesas financeiras, líquidas	(3) (2)	Diretor Administrativo Financeiro			
Lucro líquido do exercício	19.907 4.353	Contador			
		Judival Alves de Aguiar Junior			
		CRC 1SP215395			

Amarilis Agropecuária e Participações S.A.

CNPJ nº 02.393.259/0001-75

Demonstrações Financeiras do Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

Balanco Patrimonial		Balanco Patrimonial		Demonstrações de Fluxo de Caixa	
2021	2020	2021	2020	2021	2020
Ativo/Ativo circulante	20.525 58.719	Passivo e Patrimônio líquido	2021 2020	Fluxo das atividades operacionais	
Disponibilidades	8.702 43.717	Passivo circulante	3.376 237	Lucro líquido do exercício	24.338 14.379
Aluguéis a receber	98 73	Fornecedores	33 38	Ajustes de:	
Imóveis para venda	2.894 2.894	Obrigações tributárias	93 199	Depreciações e amortizações	156 110
Dividendos a receber	8.830 12.035	Outras contas a pagar	3.250 -	Lucro na alienação de imobilizado	58 -
Adiantamentos a fornecedores	1 -	Passivo não circulante	6.581 6.581	Resultado de controladas reconhecido por equivalência patrimonial	(15.505) (9.536)
Ativo não circulante	113.460 92.846	Partes relacionadas	6.581 6.582	Outros ganhos, líquidos	(5.711) (4.689)
Partes relacionadas	100 85	Patrimônio líquido	124.027 144.747	Variação no capital circulante	
Permanente	100 85	Capital social	28.271 28.271	Aluguéis a receber	(25) 35
Investimentos	107.978 92.548	Reserva de lucros	91.506 116.476	Impostos a recuperar	1 -
Imobilizado líquido	5.381 213	Adto. para futuro aumento de capital - AFAC	4.250 -	Outros ganhos a fornecedores	(1) -
Total do ativo	133.984 151.565	Total do passivo	133.984 151.565	Outros ativos circulante e não circulantes	3.250 -
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido		Capital social		Fornecedores	(5) 31
Saldos em 31 de dezembro de 2019	28.271 - -	Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	- - - 110.057 -	Impostos e contribuições a recolher	(106) 194
Ajuste de exercícios anteriores	- - -	Reserva de lucros acumulados	110.057 - -	Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	6.449 526
Saldos de abertura ajustado 1º de janeiro de 2020	28.271 - -	Lucros	- - - 559 559	Fluxo de caixa das atividades de investimentos	
Lucro líquido do exercício	- - -	Total	- - - 138.328 138.887	Investimentos	(5.479) -
Distribuição de dividendos	- - -	Lucro líquido do exercício	- - - 14.379 14.379	Imobilizado	(5.382) -
Transferência entre reservas	- - -	Distribuição de dividendos	- - - (8.519) (8.519)	Dividendo recebido	14.101 44.597
Saldos em 31 de dezembro de 2020	28.271 - -	Transferência entre reservas	- - - 6.419 (6.419)	Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos	3.240 44.597
Ajuste de exercícios anteriores	- - -	Saldos em 31 de dezembro de 2021	28.271 4.250 91.506 - 124.027	Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	
Saldos de abertura ajustado 1º de janeiro de 2021	28.271 - -	Despesas administrativas	- - - (369) (369)	Partes relacionadas	(15) 6.575
Adiantamento para futuro aumento de capital	- - -	Despesas administrativas	- - - (369) 144.378	Adiantamentos para futuro aumento de capital AFAC	4.250 -
Lucro líquido do exercício	- - -	Partes relacionadas	- - - 4.250 4.250	Dividendos pagos	(48.939) (8.519)
Distribuição de dividendos	- - -	Lucro antes do IR e CS	- - - 24.338 24.338	Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(44.704) (1.944)
Transferência entre reservas	- - -	CS	- - - (48.939) (48.939)	Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	(35.015) 43.179
Saldos em 31 de dezembro de 2021	28.271 4.250 91.506 - 124.027	Lucro líquido do exercício	24.338 14.379	Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	43.717 539
Demonstrações de Resultados	2021 2020	Demonstrações de Resultados	2021 2020	Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	8.702 43.717
Receita líquida de vendas e locações	3.382 138	Lucro operacional	20.897 13.428	Diretoria	
Custo das vendas e locações	(295) (120)	Receitas financeiras, líquidas	678 1.384		

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/DAE8-EA9B-2B1C-CADC> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: DAE8-EA9B-2B1C-CADC



Hash do Documento

F7F10F550B5E1F5132956BCD70EC62E1B01FCEBF2B81034B5FA86832D26A7416

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 20/05/2022 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 20/05/2022 08:50 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS, LIVROS, REVISTAS LTDA - 64.186.877/0001-00



RACIONAL PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ 13.637.599/0001-10

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas. o Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2021 e as respectivas Demonstrações Contábeis, elaboradas nas formas da legislação vigente, bem como o Relatório dos Auditores Independentes. Colocamo-nos à disposição de V. Sas. para prestar-lhes os esclarecimentos eventualmente necessários.

Balancos patrimoniais individuais e consolidados em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

ATIVO	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	7	110	157	52.125
Aplicações financeiras	8	-	37.038	19.180
Contas a receber de clientes	10	-	15.400	13.320
Adiantamentos a fornecedores	10	-	2.238	4.504
Ativo fiscal corrente	11	76	76	3.486
Outros créditos	-	-	2.234	644
Total do ativo circulante	186	233	112.521	63.014
Ativo não circulante				
Contas a receber de clientes	9	-	1.380	1.209
Adiantamentos a fornecedores	10	-	392	630
Depósitos judiciais	23,3	-	2.871	2.935
Ativo fiscal diferido	31,1	-	16.144	22.005
Outros créditos	-	-	471	487
-	-	-	21.408	26.716
Investimentos	12	119.365	97.096	85
Ativos de direito de uso	13,3	-	35.100	33.530
Imobilizado	15	-	7.148	5.847
Intangível	15	-	7.580	9.981
Propriedades para investimentos	16	-	56.905	62.137
Total do ativo não circulante	119.365	97.096	107.684	109.008
Total do ativo	119.365	97.096	129.925	135.724

Balancos patrimoniais individuais e consolidados em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Passivo circulante				
Empréstimos e financiamentos	17	-	1.814	1.810
Fornecedores	18	-	8.440	9.091
Obrigações trabalhistas e sociais	19	-	12.311	6.693
Passivo fiscal corrente	20	-	2.684	2.654
IRPJ e CSLL a recolher	21	-	1.249	5
Adiantamentos de clientes	21	-	30.231	13.226
Contas a pagar de partes relacionadas	30	-	70	70
Provisões para garantias de obras	22	-	3.563	3.441
Passivos de arrendamento	13,3	-	8.934	2.638
Dividendos a pagar	426	-	426	-
Outras contas a pagar	14	16	2.493	2.175
Total do passivo circulante	440	16	73.215	47.205
Passivo não circulante				
Empréstimos e financiamentos	17	-	614	2.422
Fornecedores	18	-	5.298	3.352
Provisões para garantias de obras	22	-	2.753	1.175
Provisão para contingências	23,1	-	4.557	14.649
Passivos fiscais diferidos	31,1	-	-	1.406
Benefícios a empregados	25	-	118	668
Passivos de arrendamento	13,3	-	35.486	35.009
Outras contas a pagar	-	-	49.287	59.220
Total do passivo não circulante	-	-	49.287	59.220
Total do passivo	440	16	122.502	101.425
Patrimônio líquido				
Capital social	55.910	55.360	55.910	55.360
Reserva de lucros	60.857	40.004	60.857	40.004
Ajuste de avaliação patrimonial	2.344	1.949	2.344	1.949
Total do patrimônio líquido	119.111	97.313	119.111	97.313

Total do passivo e patrimônio líquido

	2021	2020
Capital social	55.910	55.360
Reserva de lucros	60.857	40.004
Ajuste de avaliação patrimonial	2.344	1.949
Total do patrimônio líquido	119.111	97.313

Total do passivo e patrimônio líquido

	2021	2020
Capital social	55.910	55.360
Reserva de lucros	60.857	40.004
Ajuste de avaliação patrimonial	2.344	1.949
Total do patrimônio líquido	119.111	97.313

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

Reserva de lucros	2021		2020	
	Notas	2021	2020	2021
Saldos em 01 de janeiro de 2020				
Distribuição de dividendos c/c assembleia dos acionistas	24,b	-	(8.000)	-
Aumento de capital por aporte em 01 de outubro de 2020	24,a	10.000	-	10.000
Aporte de capital por adiantamento para futuro aumento de capital	-	100	-	100
Aumento de capital por Integralização de AFAC em 21 de dezembro de 2020	24,a	100	(100)	-
Resultado abrangente (ganho sobre obrigações atuariais - reflexo na controladora Racional Engenharia) e IRPJ e CSLL sobre os ganhos atuariais	25	-	4.954	(1.684)
Prejuízo do exercício	-	-	-	(1.966)
Destinação do resultado do exercício:				
Absorção do prejuízo do exercício	-	-	(1.966)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020				
Distribuição de dividendos c/c assembleia dos acionistas	24,b	-	(1.143)	(1.112)
Aporte de capital por adiantamento para futuro aumento de capital	-	550	-	550
Aumento de capital por aporte em 17 de dezembro de 2021	24,a	550	(550)	-
Resultado abrangente (ganho sobre obrigações atuariais - reflexo na controladora Racional Engenharia) e IRPJ e CSLL sobre os ganhos atuariais	25	-	599	(204)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	22.392
Destinação do resultado do exercício:				
Distribuição de dividendos obrigatórios c/c estatuto na forma da lei das S/A.	-	-	-	(426)
Absorção do lucro pela reserva legal c/c estatuto na forma da lei das S/A.	-	-	1.120	(1.120)
Absorção do lucro do exercício	-	-	20.846	(20.846)
Saldos em 31 de dezembro de 2021				
Capital social	55.910	55.360	55.910	55.360
Reserva de lucros	60.857	40.004	60.857	40.004
Ajuste de avaliação patrimonial	2.344	1.949	2.344	1.949
Total do patrimônio líquido	119.111	97.313	119.111	97.313

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Reserva de lucros

Brasil, que compreende aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, nas orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), homologado pelos órgãos reguladores. A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela diretoria em 06 de maio de 2022. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e somente essas, estão incluídas nos resultados e correspondentes apresentados pela Administração na sua aplicação da política contábil e de avaliação de ativos, passivos, receitas e despesas resultantes não podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revistas de forma periódica. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revistas e em qualquer exercício futuro afetadas. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, assim como as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que foram utilizadas no exercício de 2021 e 2020 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 1 -** Perdas esperadas de crédito;
- **Nota Explicativa nº 13.a e 13.b -** Ativos de direito de uso e passivo de arrendamento - definição da taxa incremental;
- **Notas Explicativas nº 14, 15 e 16 -** Definição de vida útil do ativo imobilizado, intangível e propriedade para investimentos;
- **Notas Explicativas nº 22 e 23 -** Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências; mensuração de provisões para prováveis e magnas sanções de recursos;
- **Nota Explicativa nº 25 -** Mensuração de obrigações de benefícios de planos de saúde;
- **Nota Explicativa nº 3 -** Perdas esperadas de crédito;
- **Nota Explicativa nº 13.a e 13.b -** Ativos de direito de uso e passivo de arrendamento - definição da taxa incremental;
- **Notas Explicativas nº 14, 15 e 16 -** Definição de vida útil do ativo imobilizado, intangível e propriedade para investimentos;
- **Notas Explicativas nº 22 e 23 -** Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências; mensuração de provisões para prováveis e magnas sanções de recursos;
- **Nota Explicativa nº 25 -** Mensuração de obrigações de benefícios de planos de saúde;
- **Nota Explicativa nº 3 -** Perdas esperadas de crédito;
- **Nota Explicativa nº 13.a e 13.b -** Ativos de direito de uso e passivo de arrendamento - definição da taxa incremental;
- **Notas Explicativas nº 14, 15 e 16 -** Definição de vida útil do ativo imobilizado, intangível e propriedade para investimentos;
- **Notas Explicativas nº 22 e 23 -** Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências; mensuração de provisões para prováveis e magnas sanções de recursos;
- **Nota Explicativa nº 25 -** Mensuração de obrigações de benefícios de planos de saúde;
- **Nota Explicativa nº 3 -** Perdas esperadas de crédito;
- **Nota Explicativa nº 13.a e 13.b -** Ativos de direito de uso e passivo de arrendamento - definição da taxa incremental;
- **Notas Explicativas nº 14, 15 e 16 -** Definição de vida útil do ativo imobilizado, intangível e propriedade para investimentos;
- **Notas Explicativas nº 22 e 23 -** Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências; mensuração de provisões para prováveis e magnas sanções de recursos;
- **Nota Explicativa nº 25 -** Mensuração de obrigações de benefícios de planos de saúde;
- **Nota Explicativa nº 3 -** Perdas esperadas de crédito;
- **Nota Explicativa nº 13.a e 13.b -** Ativos de direito de uso e passivo de arrendamento - definição da taxa incremental;
- **Notas Explicativas nº 14, 15 e 16 -** Definição de vida útil do ativo imobilizado, intangível e propriedade para investimentos;
- **Notas Explicativas nº 22 e 23 -** Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências; mensuração de provisões para prováveis e magnas sanções de recursos;
- **Nota Explicativa nº 25 -** Mensuração de obrigações de benefícios de planos de saúde;
- **Nota Explicativa nº 3 -** Perdas esperadas de crédito;
- **Nota Explicativa nº 13.a e 13.b -** Ativos de direito de uso e passivo de arrendamento - definição da taxa incremental;
- **Notas Explicativas nº 14, 15 e 16 -** Definição de vida útil do ativo imobilizado, intangível e propriedade para investimentos;
- **Notas Explicativas nº 22 e 23 -** Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências; mensuração de provisões para prováveis e magnas sanções de recursos;
- **Nota Explicativa nº 25 -** Mensuração de obrigações de benefícios de planos de saúde;
- **Nota Explicativa nº 3 -** Perdas esperadas de crédito;
- **Nota Explicativa nº 13.a e 13.b -** Ativos de direito de uso e passivo de arrendamento - definição da taxa incremental;
- **Notas Explicativas nº 14, 15 e 16 -** Definição de vida útil do ativo imobilizado, intangível e propriedade para investimentos;
- **Notas Explicativas nº 22 e 23 -** Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências; mensuração de provisões para prováveis e magnas sanções de recursos;
- **Nota Explicativa nº 25 -** Mensuração de obrigações de benefícios de planos de saúde;
- **Nota Explicativa nº 3 -** Perdas esperadas de crédito;
- **Nota Explicativa nº 13.a e 13.b -** Ativos de direito de uso e passivo de arrendamento - definição da taxa incremental;
- **Notas Explicativas nº 14, 15 e 16 -** Definição de vida útil do ativo imobilizado, intangível e propriedade para investimentos;
- **Notas Explicativas nº 22 e 23 -** Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências; mensuração de provisões para prováveis e magnas sanções de recursos;
- **Nota Explicativa nº 25 -** Mensuração de obrigações de benefícios de planos de saúde;
- **Nota Explicativa nº 3 -** Perdas esperadas de crédito;
- **Nota Explicativa nº 13.a e 13.b -** Ativos de direito de uso e passivo de arrendamento - definição da taxa incremental;
- **Notas Explicativas nº 14, 15 e 16 -** Definição de vida útil do ativo imobilizado, intangível e propriedade para investimentos;
- **Notas Explicativas nº 22 e 23 -** Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências; mensuração de provisões para prováveis e magnas sanções de recursos;
- **Nota Explicativa nº 25 -** Mensuração de obrigações de benefícios de planos de saúde;
- **Nota Explicativa nº 3 -** Perdas esperadas de crédito;
- **Nota Explicativa nº 13.a e 13.b -** Ativos de direito de uso e passivo de arrendamento - definição da taxa incremental;
- **Notas Explicativas nº 14, 15 e 16 -** Definição de vida útil do ativo imobilizado, intangível e propriedade para investimentos;
- **Notas Explicativas nº 22 e 23 -** Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências; mensuração de provisões para prováveis e magnas sanções de recursos;
- **Nota Explicativa nº 25 -** Mensuração de obrigações de benefícios de planos de saúde;
- **Nota Explicativa nº 3 -** Perdas esperadas de crédito;
- **Nota Explicativa nº 13.a e 13.b -** Ativos de direito de uso e passivo de arrendamento - definição da taxa incremental;
- **Notas Explicativas nº 14, 15 e 16 -** Definição de vida útil do ativo imobilizado, intangível e propriedade para investimentos;
- **Notas Explicativas nº 22 e 23 -** Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências; mensuração de provisões para prováveis e magnas sanções de recursos;
- **Nota Explicativa nº 25 -** Mensuração de obrigações de benefícios de planos de saúde;
- **Nota Explicativa nº 3 -** Perdas esperadas de crédito;
- **Nota Explicativa nº 13.a e 13.b -** Ativos de direito de uso e passivo de arrendamento - definição da taxa incremental;
- **Notas Explicativas nº 14, 15 e 16 -** Definição de vida útil do ativo imobilizado, intangível e propriedade para investimentos;
- **Notas Explicativas nº 22 e 23 -** Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências; mensuração de provisões para prováveis e magnas sanções de recursos;
- **Nota Explicativa nº 25 -** Mensuração de obrigações de benefícios de planos de saúde;
- **Nota Explicativa nº 3 -** Perdas esperadas de crédito;
- **Nota Explicativa nº 13.a e 13.b -** Ativos de direito de uso e passivo de arrendamento - definição da taxa incremental;
- **Notas Explicativas nº 14, 15 e 16 -** Definição de vida útil do ativo imobilizado, intangível e propriedade para investimentos;
- **Notas Explicativas nº 22 e 23 -** Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências; mensuração de provisões para prováveis e magnas sanções de recursos;
- **Nota Explicativa nº 25 -** Mensuração de obrigações de benefícios de planos de saúde;
- **Nota Explicativa nº 3 -** Perdas esperadas de crédito;
- **Nota Explicativa nº 13.a e 13.b -** Ativos de direito de uso e passivo de arrendamento - definição da taxa incremental;
- **Notas Explicativas nº 14, 15 e 16 -** Definição de vida útil do ativo imobilizado, intangível e propriedade para investimentos;
- **Notas Explicativas nº 22 e 23 -** Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências; mensuração de provisões para prováveis e magnas sanções de recursos;
- **Nota Explicativa nº 25 -** Mensuração de obrigações de benefícios de planos de saúde;
- **Nota Explicativa nº 3 -** Perdas esperadas de crédito;
- **Nota Explicativa nº 13.a e 13.b -** Ativos de direito de uso e passivo de arrendamento - definição da taxa incremental;
- **Notas Explicativas nº 14, 15 e 16 -** Definição de vida útil do ativo imobilizado, intangível e propriedade para investimentos;
- **Notas Explicativas nº 22 e 23 -** Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências; mensuração de provisões para prováveis e magnas sanções de recursos;
- **Nota Explicativa nº 25 -** Mensuração de obrigações de benefícios de planos de saúde;
- **Nota Explicativa nº 3 -** Perdas esperadas de crédito;
- **Nota Explicativa nº 13.a e 13.b -** Ativos de direito de uso e passivo de arrendamento - definição da taxa incremental;
- **Notas Explicativas nº 14, 15 e 16 -** Definição de vida útil do ativo imobilizado, intangível e propriedade para investimentos;
- **Notas Explicativas nº 22 e 23 -** Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências; mensuração de provisões para prováveis e magnas sanções de recursos;
- **Nota Explicativa nº 25 -** Mensuração de obrigações de benefícios de planos de saúde;
- **Nota Explicativa nº 3 -** Perdas esperadas de crédito;
- **Nota Explicativa nº 13.a e 13.b -** Ativos de direito de uso e passivo de arrendamento - definição da taxa incremental;
- **Notas Explicativas nº 14, 15 e 16 -** Definição de vida útil do ativo imobilizado, intangível e propriedade para investimentos;
- **Notas Explicativas nº 22 e 23 -** Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências; mensuração de provisões para prováveis e magnas sanções de recursos;
- **Nota Explicativa nº 25 -** Mensuração de obrigações de benefícios de planos de saúde;
- **Nota Explicativa nº 3 -** Perdas esperadas de crédito;
- **Nota Explicativa nº 13.a e 13.b -** Ativos de direito de uso e passivo de arrendamento - definição da taxa incremental;
- **Notas Explicativas nº 14, 15 e 16 -** Definição de vida útil do ativo imobilizado, intangível e propriedade para investimentos;
- **Notas Explicativas nº 22 e 23 -** Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências; mensuração de provisões para prováveis e magnas sanções de recursos;
- **Nota Explicativa nº 25 -** Mensuração de obrigações de benefícios de planos de saúde;
- **Nota Explicativa nº 3 -** Perdas esperadas de crédito;
- **Nota Explicativa nº 13.a e 13.b -** Ativos de direito de uso e passivo de arrendamento - definição da taxa incremental;
- **Notas Explicativas nº 14, 15 e 16 -** Definição de vida útil do ativo imobilizado, intangível e propriedade para investimentos;
- **Notas Explicativas nº 22 e 23 -** Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências; mensuração de provisões para prováveis e magnas sanções de recursos;
- **Nota Explicativa nº 25 -** Mensuração de obrigações de benefícios de planos de saúde;
- **Nota Explicativa nº 3 -** Perdas esperadas de crédito;
- **Nota Explicativa nº 13.a e 13.b -** Ativos de direito de uso e passivo de arrendamento - definição da taxa incremental;
- **Notas Explicativas nº 14, 15 e 16 -** Definição de vida útil do ativo imobilizado, intangível e propriedade para investimentos;
- **Notas Explicativas nº 22 e 23 -** Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências; mensuração de provisões para prováveis e magnas sanções de recursos;
- **Nota Explicativa nº 25 -** Mensuração de obrigações de benefícios de planos de saúde;
- **Nota Explicativa nº 3 -** Perdas esperadas de crédito;
- **Nota Explicativa nº 13.a e 13.b -** Ativos de direito de uso e passivo de arrendamento - definição da taxa incremental;
- **Notas Explicativas nº 14, 15 e 16 -** Definição de vida útil do ativo imobilizado, intangível e propriedade para investimentos;
- **Notas Explicativas nº 22 e 23 -** Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências; mensuração de provisões para prováveis e magnas sanções de recursos;
- **Nota Explicativa nº 25 -** Mensuração de obrigações de benefícios de planos de saúde;
- **Nota Explicativa nº 3 -** Perdas esperadas de crédito;
- **Nota Explicativa nº 13.a e 13.b -** Ativos de direito de uso e passivo de arrendamento - definição da taxa incremental;
- **Notas Explicativas nº 14, 15 e 16 -** Definição de vida útil do ativo imobilizado, intangível e propriedade para investimentos;
- **Notas Explicativas nº 22 e 23 -** Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências; mensuração de provisões para prováveis e magnas sanções de recursos;
- **Nota Explicativa nº 25 -** Mensuração de obrigações de benefícios de planos de saúde;
- **Nota Explicativa nº 3 -** Perdas esperadas de crédito;
- **Nota Explicativa nº 13.a e 13.b -** Ativos de direito de uso e passivo de arrendamento - definição da taxa incremental;
- **Notas Explicativas nº 14, 15 e 16 -** Definição de vida útil do ativo imobilizado, intangível e propriedade para investimentos;
- **Notas Explicativas nº 22 e 23 -** Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências; mensuração de provisões para prováveis e magnas sanções de recursos;
- **Nota Explicativa nº 25 -** Mensuração de obrigações de benefícios de planos de saúde;
- **Nota Explicativa nº 3 -** Perdas esperadas de crédito;
- **Nota Explicativa nº 13.a e 13.b -** Ativos de direito de uso e passivo de arrendamento - definição da taxa incremental;
- **Notas Explicativas nº 14, 15 e 16 -** Definição de vida útil do ativo imobilizado, intangível e propriedade para investimentos;
- **Notas Explicativas nº 22 e 23 -** Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências; mensuração de provisões para prováveis e magnas sanções de recursos;
- **Nota Explicativa nº 25 -** Mensuração de obrigações de benefícios de planos de saúde;
- **Nota Explicativa nº 3 -** Perdas esperadas de crédito;
- **Nota Explicativa nº 13.a e 13.b -** Ativos de direito de uso e passivo de arrendamento - definição da taxa incremental;
- **Notas Explicativas nº 14, 15 e 16 -** Definição de vida útil do ativo imobilizado, intangível e propriedade para investimentos;
- **Notas Explicativas nº 22 e 23 -** Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências; mensuração de provisões para prováveis e magnas sanções de recursos;
- **Nota Explicativa nº 25 -** Mensuração de obrigações de benefícios de planos de saúde;
- **Nota Explicativa nº 3 -** Perdas esperadas de crédito;
- **Nota Explicativa nº 13.a e 13.b -** Ativos de direito de uso e passivo de arrendamento - definição da taxa incremental;
- **Notas Explicativas nº 14, 15 e 16 -** Definição de vida útil do ativo imobilizado, intangível e propriedade para investimentos;
- **Notas Explicativas nº 22 e 23 -** Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências; mensuração de provisões para prováveis e magnas sanções de recursos;
- **Nota Explicativa nº 25 -** Mensuração de obrigações de benefícios de planos de saúde;
- **Nota Explicativa nº 3 -** Perdas esperadas de crédito;
- **Nota Explicativa nº 13.a e 13.b -** Ativos de direito de uso e passivo de arrendamento - definição da taxa incremental;
- **Notas Explicativas nº 14, 15 e 16 -** Definição de vida útil do ativo imobilizado, intangível e propriedade para investimentos;
- **Notas Explicativas nº 22 e 23 -** Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências; mensuração de provisões para prováveis e magnas sanções de recursos;
- **Nota Explicativa nº 25 -** Mensuração de obrigações de benefícios de planos de saúde;
- **Nota Explicativa nº 3 -** Perdas esperadas de crédito;
- **Nota Explicativa nº 13.a e 13.b -** Ativos de direito de uso e passivo de arrendamento - definição da taxa incremental;
- **Notas Explicativas nº 14, 15 e 16 -** Definição de vida útil do ativo imobilizado, intangível e propriedade para investimentos;
- **Notas Explicativas nº 22 e 23 -** Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências; mensuração de provisões para prováveis e magnas sanções de recursos;
- **Nota Explicativa nº 25 -** Mensuração de obrigações de benefícios de planos de saúde;
- **Nota Explicativa nº 3 -** Perdas esperadas de crédito;
- **Nota Explicativa nº 13.a e 13.b -** Ativos de direito de uso e passivo de arrendamento - definição da taxa incremental;

...continuação

RACIONAL PARTICIPAÇÕES S.A. - CNPJ 13.637.599/0001-10

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto os valores por ação ou quando mencionado de outra forma)

A provisão é constituída para os processos cuja avaliação dos riscos, como corroborada pelos assessores jurídicos da Companhia e suas controladas, indica probabilidade de perda provável. Segue a movimentação da provisão para riscos de contingências para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

Table with columns: Consolidado, 2021, 2020. Rows: (+) Reversão de provisões (i), (-) Constituição de novas provisões, (-) Pagamento de contingências, Total.

No fim do exercício (i) Na controlada Racional Empreendimentos, a reversão de provisões realizadas estão relacionadas ao processo de cobrança de Imposto predial e territorial urbano baseadas em revisão e resposta dos assessores jurídicos classificadas neste exercício como perda possível; c) Contingências não provisionadas avaliadas como perda possível: A Companhia e suas controladas possuem outras contingências de naturezas tributária, cível e tributária, envolvendo riscos de perda classificadas pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores jurídicos internos e externos, para as quais não há provisão constituída, tendo em vista que as práticas contábeis no Brasil não requerem sua contabilização, conforme apresentado a seguir:

Table with columns: Consolidado, 2021, 2020. Rows: Trabalhistas, Cíveis, Tributárias, Total.

Este montante divide-se em R\$9.197 (R\$10.416 em 2020) para demandas trabalhistas, referentes a 28 processos (60 processos em 2020); R\$23.800 (R\$24.098 em 2020) para demandas cíveis, referentes a 25 processos (32 processos em 2020); e R\$28.186 (R\$1.875 em 2020) para questões de natureza tributária, referentes a 16 processos (5 processos em 2020). Para essas questões nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. No que se refere às contingências trabalhistas e previdenciárias, as demandas se devem principalmente a casos em que a Empresa responde subsidiariamente ou solidariamente com prestadores de serviços terceirizados, bem como, de reclamações trabalhistas movidas em face da Empresa, tudo de acordo com o segmento de negócios da Companhia e suas controladas. No que se refere às contingências cíveis, as principais demandas judiciais da Companhia e suas controladas que possuem probabilidade de perda possível, se devem principalmente aos pleitos de equilíbrio em contratos de prestação de serviços de empresas terceirizadas, que demandam a produção de prova pericial para apuração da responsabilidade e valor envolvido, bem como ações indenizatórias por alegados danos decorrentes da garantia técnica de obras supostamente atribuídas à Racional, pleiteados por vizinhos ou usuários de empreendimento, que demandam produção de prova pericial para apuração da responsabilidade e valor envolvido. No que se refere às contingências tributárias, as demandas da Companhia e suas controladas que possuem probabilidade de perda possível, se devem a impugnações administrativas relacionadas à cobrança de ISSQN - Imposto sobre serviços de qual-quer natureza, cobrança de imposto predial e territorial urbano, dedutibilidade de custos e despesas deduzidas na base de cálculo dos tributos sobre o lucro e contagem de valores declarados e não reconhecidos pelo ente tributante.

24. Patrimônio líquido a) Capital social: O capital social é composto por 55.910.231 ações. A propriedade das ações da Companhia é dividida entre acionistas pessoas físicas, a movimentação do capital social em 2021 é como segue:

Table with columns: 2021, 2020. Rows: Saldo em 1º de janeiro de 2021, Aumento de capital por integralização AFAC efetuado em 21/05/2021, Saldo em 31 de dezembro de 2021, Saldo em 1º de janeiro de 2020, Aumento de capital social por integralização AFAC efetuado em 17/12/2021, Saldo em 31 de dezembro de 2020.

Reunião em 22 de abril de 2020 - 6.500 ações, Reunião em 07 de setembro de 2020 - 1.000 ações, Reunião em 09 de setembro de 2020 - 500 ações, Reunião em 18 de março de 2021 - 113 ações, Reunião em 15 de maio de 2021 - 1.000 ações, Dividendos sobre os lucros acumulados - 1.113, 8.000 ações.

As distribuições de lucros foram realizadas utilizando-se do saldo da reserva de lucros da Companhia, conforme Assembleia Geral Extraordinária dos acionistas com aprovação da operação nas datas mencionadas no quadro acima. c) Distribuição de dividendos obrigatórios: É constituída à razão de 2% do lucro líquido deduzido a reserva legal obrigatória apurada em cada exercício, calculado na forma da Lei das S/A. d) Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

25. Benefícios concedidos a empregados: a) Plano de benefícios pós-emprego: A Companhia e suas controladas reconhecem provisão para benefício pós-emprego relacionada ao plano de assistência médica e gratificação por aposentadoria para elegíveis. O passivo líquido registrado em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 118, classificados no passivo não circulante (R\$ 669 em 2020). Os valores relacionados a esses benefícios foram apurados em avaliação conduzida por atuário independente e estão reconhecidos nas demonstrações financeiras de acordo com o NBC TG 33. b) Saldo das obrigações dos gastos com benefícios pós-emprego, calculados por atuários independentes, apresenta a seguinte movimentação: A atuação de cálculos atuariais realizados por atuários independentes, inclui os seguintes componentes:

Table with columns: Plano de assistência, Concedido 2021, Concedido 2020. Rows: Custo no período relativo à atualização das provisões, Saldo anterior, Custo dos juros, Ajustes, Despesas indevidáveis, Provisões indevidáveis, IRPJ e CSLL diferidos sobre diferenças temporárias, Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, PAT e outros incentivos fiscais, Impairment test, Outras diferenças permanentes, CPDOS (RZ) - Arrendamento Operacional, Prejuízo por redução do valor recuperável - impairment, Outras adições temporárias, Provisão de outras contas a pagar, CPC 06 (RZ) - Arrendamentos (depreciação e juros), CPC 06 (RZ) - Contraprestação, Prejuízo fiscal/base de cálculo negativa CSLL, Amortização fiscal do ativo, Montante passível de compensação, Ativo (passivo) fiscal diferido, Total.

26. Receita operacional líquida

Table with columns: Consolidado, 2021, 2020. Rows: Contratos por empreitada e mistos, Contrato por empreitada e mistos/administração - taxa de coordenação, Contratos por administração (a), Contratos de pré-construção, Receita de exploração, Receita de estacionamento, Receita de locação, Receita com organização de festas e eventos, Receita de administração de bens, Total, (-) Impostos e deduções sobre serviços, Total.

(a) Inclui a receita de contraprestação não monetária mensuradas ao valor justo dos materiais e serviços recebidos nos respectivos exercícios. Na controlada Racional Engenharia, o valor total do preço da transação alocado às obrigações de desempenho que não se encontram satisfetelas (ou parcialmente satisfetelas), conforme item 120 (a) da NBC TG 47 - Receita de Contrato com Cliente ao final do exercício do relatório é de R\$ 794.706 (R\$ 814.142 em 2020).

27. Custos dos serviços prestados

Table with columns: Consolidado, 2021, 2020. Rows: Materiais e serviços, Pessoal, Utilidades e serviços, Ocupação, Depreciação sobre arrendamento mercantil, Depreciação sobre propriedade para investimento (Nota Explicativa nº 18), Total, 28. Despesas administrativas e comerciais, Controladora, Consolidado, 2021, 2020.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2021, 2020. Rows: Despesas financeiras, Despesas sobre arrendamento mercantil, Juros sobre empréstimos e financiamentos, Juros passivos, Outras despesas financeiras, Total das despesas financeiras, Receitas financeiras, Rendimentos de aplicações financeiras, Juros ativos, Total das receitas financeiras, Resultado financeiro líquido.

29. Resultado financeiro líquido

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2021, 2020. Rows: Despesas financeiras, Despesas sobre arrendamento mercantil, Juros sobre empréstimos e financiamentos, Juros passivos, Outras despesas financeiras, Total das despesas financeiras, Receitas financeiras, Rendimentos de aplicações financeiras, Juros ativos, Total das receitas financeiras, Resultado financeiro líquido.

30. Transações com partes relacionadas: a) Remuneração de pessoal-chave da Administração: Em 31 de dezembro de 2021, a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla a Diretoria eleita com base na alteração do estatuto social registrada pela Companhia, totalizou um valor equivalente a R\$ 1.05 (R\$ 1.240 em 2020) registrados na conta de despesas de pessoal, e não inclui salários, honorários, remunerações variáveis e benefícios diretos e indiretos. A Companhia e suas controladas não possuem outros tipos de remuneração, tais como, benefícios pós-emprego (exceto pelo plano de saúde mencionado na Nota Explicativa nº 25), outros benefícios de longo prazo ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho. b) Controladora: A Companhia é a controladora final do grupo econômico. c) Outras transações com partes relacionadas: Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem principalmente de transações com cotistas e empresas ligadas do mesmo grupo econômico. Os saldos das operações mantidas com partes relacionadas, substancialmente contratos de contas-correntes de partes relacionadas, são como segue:

Table with columns: 2021, 2020. Rows: Ativo circulante, CCV Centro de Convenções Ltda., Passivo circulante, Raciopp Comércio e Participações Ltda., Total, Saldo de conta corrente de partes relacionadas não prevem a incidência de encargos financeiros. d) Outras transações com consórcios: Os valores a receber (ativo não circulante) no montante de R\$ 471 (R\$ 481 em 2020), referem-se a resultados incorridos das operações de consórcios efetuadas pela Companhia e suas controladas com consórcio das operações dos Consórcio MCT, Consórcio Estádio e Consórcio CEDAE.

31. Imposto de renda (IRPJ) e Contribuição social (CSLL) a) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos: A conciliação do IRPJ e da CSLL, calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, com os seus valores correspondentes na demonstração de resultado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, está apresentada da como segue:

Table with columns: Controladora, 2021, 2020. Rows: Lucro (Prejuízo) contábil antes do IRPJ e CSLL, Resultado de equivalência patrimonial, Lucros (Prejuízo) ajustado, Alíquota fiscal combinada, IRPJ e CSLL pela alíquota fiscal combinada (Débito)/créditos de IRPJ e CSLL diferidos sobre diferenças temporárias, Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social não reconhecido, IRPJ e CSLL, Aliquota efetiva.

(Prejuízo) lucro contábil antes do IRPJ e CSLL, Resultado de equivalência patrimonial, Lucros (Prejuízo) ajustado, Alíquota fiscal combinada, IRPJ e CSLL pela alíquota fiscal combinada, Compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa, Ajustes, Despesas indevidáveis, Provisões indevidáveis, IRPJ e CSLL diferidos sobre diferenças temporárias, Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, PAT e outros incentivos fiscais, Impairment test, Outras diferenças permanentes, CPDOS (RZ) - Arrendamento Operacional, Prejuízo por redução do valor recuperável - impairment, Outras adições temporárias, Provisão de outras contas a pagar, CPC 06 (RZ) - Arrendamentos (depreciação e juros), CPC 06 (RZ) - Contraprestação, Prejuízo fiscal/base de cálculo negativa CSLL, Amortização fiscal do ativo, Montante passível de compensação, Ativo (passivo) fiscal diferido, Total.

b) Composição dos impostos diferidos: A base de cálculo do imposto de renda e contribuição social diferidos das controladas tributadas com base no lucro real pode assim ser demonstrada em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

Table with columns: Consolidado, 2021, 2020. Rows: Ativos, Passivos, Provisão para créditos de liquidação duvidosa, Provisão para participação nos lucros, Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e trabalhistas, Provisão para outras contingências, Provisão para garantia/Passivo de obra, Provisão para benefício pós-emprego, Outras adições temporárias, Provisão de outras contas a pagar, Outras adições temporárias/impairment, Provisão de outras contas a pagar, CPC 06 (RZ) - Arrendamentos (depreciação e juros), CPC 06 (RZ) - Contraprestação, Prejuízo fiscal/base de cálculo negativa CSLL, Amortização fiscal do ativo, Montante passível de compensação, Ativo (passivo) fiscal diferido, Total.

Posição em 31 de dezembro de 2019, Patrimônio líquido, Resultado, Posição em 31 de dezembro de 2020, Patrimônio líquido, Resultado, Posição em 31 de dezembro de 2021, Patrimônio líquido, Resultado.

Posição em 31 de dezembro de 2021

Table with columns: Constituição, Realização, Saldo em 31/12/2020, diferidos, diferidos, Saldo em 31/12/2021. Rows: Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, Provisão para perdas estimadas crédito, Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, Provisão para outras contingências, Provisão participação nos lucros, Provisão garantia e passivo de obra, Outras adições temporárias e provisão de outras contas a pagar, Provisão benefício pós-emprego.

André Racy Simões - CEO

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de emitir o relatório de administração, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determina como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente de causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Respostas das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossa obrigação sobre obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, é emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, independentemente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o uso de burlas os controles internos, contínuo, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de

...continuação

Table with columns: Constituição, Realização, Saldo em 31/12/2020, diferidos, diferidos, Saldo em 31/12/2021. Rows: Perda por redução do valor recuperável - impairment, CPC 06 (RZ) - Depreciação e Juros, Amortização fiscal do ativo, Total do ativo diferido, CPC 06 (RZ) - Contraprestação, Total do passivo diferido, Total dos tributos fiscais diferidos, Prejuízos fiscais a compensar, 32. Instrumentos financeiros: Visão Geral: A Companhia e suas controladas estão expostas às seguintes riscos: • Risco de crédito, • Risco de liquidez, • Risco operacional. Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia e suas controladas sobre cada um dos riscos supramencionados e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia e suas controladas. Estrutura de gerenciamento de risco: A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas, e os gestores de cada área se reportam regularmente à Administração sobre as suas atividades. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de risco e sistemas são revistas regularmente para refletirem mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações. Risco de crédito: A Administração visando minimizar os riscos de créditos atrelados às instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha. Os instrumentos financeiros que sujeitam à Companhia e suas controladas a riscos de crédito que se referem a caixa e equivalentes de caixa e contas a receber. Todas as operações da Companhia e suas controladas são realizadas com bancos de reconhecida idoneidade, o que minimiza seus riscos. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito como segue:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2021, 2020. Rows: Caixa e equivalentes de caixa, Aplicações financeiras, Contas a receber de clientes, Outros créditos, Total, Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL acumulados, 32. Instrumentos financeiros: Visão Geral: A Companhia e suas controladas estão expostas às seguintes riscos: • Risco de crédito, • Risco de liquidez, • Risco operacional. Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia e suas controladas sobre cada um dos riscos supramencionados e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia e suas controladas. Estrutura de gerenciamento de risco: A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas, e os gestores de cada área se reportam regularmente à Administração sobre as suas atividades. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de risco e sistemas são revistas regularmente para refletirem mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações. Risco de crédito: A Administração visando minimizar os riscos de créditos atrelados às instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha. Os instrumentos financeiros que sujeitam à Companhia e suas controladas a riscos de crédito que se referem a caixa e equivalentes de caixa e contas a receber. Todas as operações da Companhia e suas controladas são realizadas com bancos de reconhecida idoneidade, o que minimiza seus riscos. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito como segue:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2021, 2020. Rows: Caixa e equivalentes de caixa, Aplicações financeiras, Contas a receber de clientes, Outros créditos, Total, Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco de a Companhia e suas controladas encontrarem dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Com-

Exposição Patrimonial Ativos financeiros

Table with columns: Risco, Taxa projetada, Ganho/(Perda), I - Aumento de 25%, II - Aumento de 50%, III - Queda de 25%, IV - Queda de 50%. Rows: Caixa e Equivalente de Caixa, 1. - Renda Fixa - Aplicação Automática, Impacto no resultado e patrimônio líquido.

Exposição Patrimonial Ativos financeiros

Table with columns: Risco, Taxa projetada, Ganho/(Perda), I - Aumento de 25%, II - Aumento de 50%, III - Queda de 25%, IV - Queda de 50%. Rows: Caixa e Equivalente de Caixa, 1. - Renda Fixa - Aplicação Automática e CDB, 2. Aplicações financeiras, CDB, 3. Empréstimos, Impacto no resultado e patrimônio líquido.

Risco de mercado: Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos da Companhia e suas controladas ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Risco operacional: Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e suas controladas e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos Operacionais surgem de todas as operações da Companhia e suas controladas. O objetivo da Companhia e suas controladas é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e suas controladas e buscar eficiência de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade. A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Alta Administração. A existência de sistemas de informação integrados e integros aptos à administração na mitigação dos riscos da operação por meio da implementação de processos padronizados e automatizados. Gerenciamento de capital: A gestão de capital da Companhia e suas controladas é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os cotistas e o risco para cotistas e credores. Classificação dos instrumentos financeiros: A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas.

Table with columns: Controladora - 2021, Valor justo por meio do custo, Ativos financeiros, Passivos financeiros, Total em 31/12/2021. Rows: Caixa e equivalentes de caixa, Aplicações financeiras, Contas a receber de clientes, Outros créditos, Total, Ativos, Caixa e equivalentes de caixa, Passivos, Empréstimos e financiamentos, Fornecedores, caução e retenções, Outros de arrendamento, Contas a receber de clientes, Outros créditos, Total, Passivos, Empréstimos e financiamentos, Fornecedores, caução e retenções, Outros de arrendamento, Contas a receber de clientes, Total, Total, Caixa e equivalentes de caixa, Aplicações financeiras, Contas a receber de clientes, Outros créditos, Total, Caixa e equivalentes de caixa, Aplicações financeiras, Contas a receber de clientes, Outros créditos, Total.

...continuação

Table with columns: Valor justo por meio do custo, Ativos financeiros, Passivos financeiros, Total em 31/12/2021. Rows: Caixa e equivalentes de caixa, Aplicações financeiras, Contas a receber de clientes, Outros créditos, Total, Ativos, Caixa e equivalentes de caixa, Passivos, Empréstimos e financiamentos, Fornecedores, caução e retenções, Outros de arrendamento, Contas a receber de clientes, Outros créditos, Total, Passivos, Empréstimos e financiamentos, Fornecedores, caução e retenções, Outros de arrendamento, Contas a receber de clientes, Total, Total, Caixa e equivalentes de caixa, Aplicações financeiras, Contas a receber de clientes, Outros créditos, Total.

Benefício pós-emprego - (ganhos)/perdas atuariais

(+) Adição por reajustes nos contratos de aluguéis, (+) Reclasseificação por reajustes nos contratos de aluguéis, (-) Redução por alterações nos contratos de aluguéis, Constituição de dividendos obrigatórios cfe estatuto.

34. Seguros

A Companhia e suas controladas possuem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. A Administração da Companhia e suas controladas adotam uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e relevância por montantes considerados suficientes, levando-se em conta a natureza de sua atividade e a orientação de seus consultores de seguros. As aplicações estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. Em 31 de dezembro de 2021, as coberturas totais de seguros contratadas pela controlada Racional Empreendimentos Ltda. e suas controladas indetidas foram de R\$ 350.000 (trezentos e cinquenta milhões de reais) e tem como natureza, a cobertura de riscos de responsabilidade civil e riscos nomeados que garantem coberturas contra perdas ou danos patrimoniais e lucros cessantes aos bens segurados. Em 31 de dezembro de 2021, as coberturas totais de seguros contratados pela controlada Racional Engenharia Ltda. foram de R\$ 61.764 (sessenta e um milhões, setecentos e sessenta e quatro mil reais) e tem como natureza, as coberturas contra perdas ou danos patrimoniais e lucros cessantes aos bens segurados, responsabilidade civil geral e profissional, riscos de engenharia, garantia ao setor público (julgadas judiciais) e seguro fiança locatício. As premissas adotadas para a avaliação da importância segurada e riscos contidos dada a sua natureza são estabelecidas pela Administração com base na sua experiência do negócio e em seu histórico de eventos observados. As respectivas premissas adotadas, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes, não está incluído no escopo dos trabalhos a emissão de opinião sobre a suficiência das coberturas de seguros, a qual foi determinada e avaliada quanto à adequação pela Administração da Companhia e suas controladas.

Benefício pós-emprego - (ganhos)/perdas atuariais

(+) Adição por reajustes nos contratos de aluguéis, (+) Reclasseificação por reajustes nos contratos de aluguéis, (-) Redução por alterações nos contratos de aluguéis, Constituição de dividendos obrigatórios cfe estatuto.

34. Seguros

A Companhia e suas controladas possuem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. A Administração da Companhia e suas controladas adotam uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e relevância por montantes considerados suficientes, levando-se em conta a natureza de sua atividade e a orientação de seus consultores de seguros. As aplicações estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. Em 31 de dezembro de 2021, as coberturas totais de seguros contratadas pela controlada Racional Empreendimentos Ltda. e suas controladas indetidas foram de R\$ 350.000 (trezentos e cinquenta milhões de reais) e tem como natureza, a cobertura de riscos de responsabilidade civil e riscos nomeados que garantem coberturas contra perdas ou danos patrimoniais e lucros cessantes aos bens segurados. Em 31 de dezembro de 2021, as coberturas totais de seguros contratados pela controlada Racional Engenharia Ltda. foram de R\$ 61.764 (sessenta e um milhões, setecentos e sessenta e quatro mil reais) e tem como natureza, as coberturas contra perdas ou danos patrimoniais e lucros cessantes aos bens segurados, responsabilidade civil geral e profissional, riscos de engenharia, garantia ao setor público (julgadas judiciais) e seguro fiança locatício. As premissas adotadas para a avaliação da importância segurada e riscos contidos dada a sua natureza são estabelecidas pela Administração com base na sua experiência do negócio e em seu histórico de eventos observados. As respectivas premissas adotadas, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes, não está incluído no escopo dos trabalhos a emissão de opinião sobre a suficiência das coberturas de seguros, a qual foi determinada e avaliada quanto à adequação pela Administração da Companhia e suas controladas.

Benefício pós-emprego - (ganhos)/perdas atuariais

(+) Adição por reajustes nos contratos de aluguéis, (+) Reclasseificação por reajustes nos contratos de aluguéis, (-) Redução por alterações nos contratos de aluguéis, Constituição de dividendos obrigatórios cfe estatuto.

34. Seguros

A Companhia e suas controladas possuem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. A Administração da Companhia e suas controladas adotam uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e relevância por montantes considerados suficientes, levando-se em conta a natureza de sua atividade e a orientação de seus consultores de seguros. As aplicações estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. Em 31 de dezembro de 2021, as coberturas totais de seguros contratadas pela controlada Racional Empreendimentos Ltda. e suas controladas indetidas foram de R\$ 350.000 (trezentos e cinquenta milhões de reais) e tem como natureza, a cobertura de riscos de responsabilidade civil e riscos nomeados que garantem coberturas contra perdas ou danos patrimoniais e lucros cessantes aos bens segurados. Em 31 de dezembro de 2021, as coberturas totais de seguros contratados pela controlada Racional Engenharia Ltda. foram de R\$ 61.764 (sessenta e um milhões, setecentos e sessenta e quatro mil reais) e tem como natureza, as coberturas contra perdas ou danos patrimoniais e lucros cessantes aos bens segurados, responsabilidade civil geral e profissional, riscos de engenharia, garantia ao setor público (julgadas judiciais) e seguro fiança locatício. As premissas adotadas para a avaliação da importância segurada e riscos contidos dada a sua natureza são estabelecidas pela Administração com base na sua experiência do negócio e em seu histórico de eventos observados. As respectivas premissas adotadas, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes, não está incluído no escopo dos trabalhos a emissão de opinião sobre a suficiência das coberturas de seguros, a qual foi determinada e avaliada quanto à adequação pela Administração da Companhia e suas controladas.

Benefício pós-emprego - (ganhos)/perdas atuariais

(+) Adição por reajustes nos contratos de aluguéis, (+) Reclasseificação por reajustes nos contratos de aluguéis, (-) Redução por alterações nos contratos de aluguéis, Constituição de dividendos obrigatórios cfe estatuto.

34. Seguros

A Companhia e suas controladas possuem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. A Administração da Companhia e suas controladas adotam uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e relevância por montantes considerados suficientes, levando-se em conta a natureza de sua atividade e a orientação de seus consultores de seguros. As aplicações estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. Em 31 de dezembro de 2021, as coberturas totais de seguros contratadas pela controlada Racional Empreendimentos Ltda. e suas controladas indetidas foram de R\$ 350.000 (trezentos e cinquenta milhões de reais) e tem como natureza, a cobertura de riscos de responsabilidade civil e riscos nomeados que garantem coberturas contra perdas ou danos patrimoniais e lucros cessantes aos bens segurados. Em 31 de dezembro de 2021, as coberturas totais de seguros contratados pela controlada Racional Engenharia Ltda. foram de R\$ 61.764 (sessenta e um milhões, setecentos e sessenta e quatro mil reais) e tem como natureza, as coberturas contra perdas ou danos patrimoniais e lucros cessantes aos bens segurados, responsabilidade civil geral e profissional, riscos de engenharia, garantia ao setor público (julgadas judiciais) e seguro fiança locatício. As premissas adotadas para a avaliação da importância segurada e riscos contidos dada a sua natureza são estabelecidas pela Administração com base na sua experiência do negócio e em seu histórico de eventos observados. As respectivas premissas adotadas, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes, não está incluído no escopo dos trabalhos a emissão de opinião sobre a suficiência das coberturas de seguros, a qual foi determinada e avaliada quanto à adequação pela Administração da Companhia e suas controladas.

Benefício pós-emprego - (ganhos)/perdas atuariais

(+) Adição por reajustes nos contratos de aluguéis, (+) Reclasseificação por reajustes nos contratos de aluguéis, (-) Redução por alterações nos contratos de aluguéis, Constituição de dividendos obrigatórios cfe estatuto.

34. Seguros

A Companhia e suas controladas possuem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. A Administração da Companhia e suas controladas adotam uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e relevância por montantes considerados suficientes, levando-se em conta a natureza de sua atividade e a orientação de seus consultores de seguros. As aplicações estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. Em 31 de dezembro de 2021, as coberturas totais de seguros contratadas pela controlada Racional Empreendimentos Ltda. e suas controladas indetidas foram de R\$ 350.000 (trezentos e cinquenta milhões de reais) e tem como natureza, a cobertura de riscos de responsabilidade civil e riscos nomeados que garantem coberturas contra perdas ou danos patrimoniais e lucros cessantes aos bens segurados. Em 31 de dezembro de 2021, as coberturas totais de seguros contratados pela controlada Racional Engenharia Ltda. foram de R\$ 61.764 (sessenta e um milhões, setecentos e sessenta e quatro mil reais) e tem como natureza, as coberturas contra perdas ou danos patrimoniais e lucros cessantes aos bens segurados, responsabilidade civil geral e profissional, riscos de engenharia, garantia ao setor público (julgadas judiciais) e seguro fiança locatício. As premissas adotadas para a avaliação da importância segurada e riscos contidos dada a sua natureza são estabelecidas pela Administração com base na sua experiência do negócio e em seu histórico de eventos observados. As respectivas premissas adotadas, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes, não está incluído no escopo dos trabalhos a emissão de opinião sobre a suficiência das coberturas de seguros, a qual foi determinada e avaliada quanto à adequação pela Administração da Companhia e suas controladas.

Benefício pós-emprego - (ganhos)/perdas atuariais

(+) Adição por reajustes nos contratos de aluguéis, (+) Reclasseificação por reajustes nos contratos de aluguéis, (-) Redução por alterações nos contratos de aluguéis, Constituição de dividendos obrigatórios cfe estatuto.

34. Seguros

A Companhia e suas controladas possuem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. A Administração da Companhia e suas controladas adotam uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e relevância por montantes considerados suficientes, levando-se em conta a natureza de sua atividade e a orientação de seus consultores de seguros. As aplicações estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. Em 31 de dezembro de 2021, as coberturas totais de seguros contratadas pela controlada Racional Empreendimentos Ltda. e suas controladas indetidas foram de R\$ 350.000 (trezentos e cinquenta milhões de reais) e tem como natureza, a cobertura de riscos de responsabilidade civil e riscos nomeados que garantem coberturas contra perdas ou danos patrimoniais e lucros cessantes aos bens segurados. Em 31 de dezembro de 2021, as coberturas totais de seguros contratados pela controlada Racional Engenharia Ltda. foram de R\$ 61.764 (sessenta e um milhões, setecentos e sessenta e quatro mil reais) e tem como natureza, as coberturas contra perdas ou danos patrimoniais e lucros cessantes aos bens segurados, responsabilidade civil geral e profissional, riscos de engenharia, garantia ao setor público (julgadas judiciais) e seguro fiança locatício. As premissas adotadas para a avaliação da importância segurada e riscos contidos dada a sua natureza são estabelecidas pela Administração com base na sua experiência do negócio e em seu histórico de eventos observados. As respectivas premissas adotadas, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes, não está incluído no escopo dos trabalhos a emissão de opinião sobre a suficiência das coberturas de seguros, a qual foi determinada e avaliada quanto à adequação pela Administração da Companhia e suas controladas.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/5329-2700-2D91-3670> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 5329-2700-2D91-3670



Hash do Documento

F40F02F3D9CF219E4D8863D36EE5F0B8F4BCD883FC939BED7DE0E312B3AB59D9

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 20/05/2022 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 20/05/2022 08:51 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS, LIVROS, REVISTAS LTDA - 64.186.877/0001-00



Capital Semente Adm. e Participações S.A.

CNPJ nº 21.581.307/0001-01

Balanco Patrimonial		Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido		Demonstrações de Fluxo de Caixa	
2021	2020	2021	2020	2021	2020
Ativo/Ativo circulante	-	1			
Caixa e equivalentes de caixa	-	1			
Total do ativo não circulante	144.881	82.196			
Permanente					
Investimentos	144.881	82.196			
Total do ativo	144.881	82.197			
Passivo e Patrimônio Líquido					
Passivo não circulante	87	82			
Partes relacionadas	87	82			
Total do patrimônio líquido	144.794	82.115			
Capital social	122.394	77.971			
Reserva de lucros	22.400	4.144			
Total do passivo	144.881	82.197			
Despesas e receitas operacionais					
Despesas administrativas	(4)	-			
Participação no lucro de controladas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	26.144	9.126			
Outras perdas, líquidas	(7.815)	(5.387)			
Lucro operacional	18.325	3.739			
Despesas financeiras, líquidas	(1)	(1)			
Lucro líquido do exercício	18.324	3.738			

SEQUIOIA LOGÍSTICA E TRANSPORTES S.A.

CNPJ/ME nº 01.599.101/0001-93 - NIRE nº 35.300.501.497 (Companhia Aberta)

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Convocamos os Senhores Acionistas da Sequioia Logística e Transportes S.A. ("Companhia") para a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, a ser realizada, em segunda convocação, no dia 31 de maio de 2022, às 10:30 horas, de forma exclusivamente digital, nos termos do artigo 5º, §2º, inciso I e artigo 28, §§2º e 3º da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("RCVM 81/22"), por meio da plataforma digital Ten Meetings ("Plataforma Digital") para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia ("Assembleia" ou "AGE"): 1. Deliberar sobre a mudança do Estatuto Social da Companhia mediante a alteração do artigo 5º, *caput*, para refletir as variações do capital social da Companhia e do número de ações em que se encontra dividido até a data da Assembleia, nos termos descritos na Proposta da Administração; e 2. Consolidar o Estatuto Social da Companhia. Procedimentos para participação: A Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, nos termos da RCVM 81/22 e em conformidade com as instruções detalhadas no Manual e Proposta da Administração para a Assembleia divulgada pela Companhia na presente data ("Proposta da Administração"). Por meio desta decisão, a Companhia reitera seu compromisso com a adoção das medidas de combate à pandemia da COVID-19 e com a segurança de seus acionistas e colaboradores e das comunidades das regiões onde atua. Esclarecemos que as instruções de voto recebidas por meio do respectivo boletim de voto a distância ("Boletim") para a Assembleia Geral Extraordinária que seria realizada em primeira convocação no dia 25 de abril de 2022 ("AGE - 1ª Convocação") não serão consideradas. Dessa forma, os acionistas que desejarem participar e votar na Assembleia via Plataforma Digital deverão habilitar-se para tanto de acordo com as instruções deste edital de convocação e da Proposta da Administração. Nos termos do parágrafo primeiro do artigo 126 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), o acionista pode participar ou ser representado na Assembleia: (i) *se pessoa natural*, por procurador constituído há menos de 1 (um) ano (seja acionista, administrador da Companhia, advogado regularmente inscrito nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil ou instituição financeira); (ii) *se pessoa jurídica*, por seus representantes legais ou por procurador nomeado nos termos de seus atos constitutivos; (iii) *se fundo de investimento*, pelo seu administrador e/ou gestor ou, ainda, por procurador nomeado nos termos de seus atos constitutivos e, em qualquer caso, de acordo com as regras da legislação aplicável. O acionista ou seu representante legal, objetivando assegurar a sua participação na Assembleia, deverá acessar o site da Companhia, no endereço <https://www.tenmeetings.com.br/assembleia/jportal/?id=6A195ABA9330>, preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na Assembleia descritos na Proposta da Administração, com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência da data designada para a realização da Assembleia, ou seja, até o dia 29 de maio de 2022 (inclusive). Após a aprovação do cadastro pela Companhia, o acionista receberá seu login e senha individual para acessar a plataforma por meio do e-mail utilizado para o cadastro. Encontram-se à disposição dos acionistas no Departamento de Relações com Investidores da Companhia, na Cidade de Embu das Artes, Estado de São Paulo, na Avenida Isaltino Victor de Moraes, nº 437, Térreo, Módulo D, Bloco 100, Vila Bonfim, CEP 06066-400, ou nos websites da Companhia (<http://www.sequiologia.com.br>), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br) toda documentação pertinente às matérias que serão deliberadas na Assembleia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e da RCVM 81/22.

Embu das Artes-SP, 20 de maio de 2022
Gregory Louis Reider
Presidente do Conselho de Administração

SJSA Participações S.A.

CNPJ nº 24.427.808/0001-18

Balanco Patrimonial		Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido		Demonstrações de Fluxo de Caixa	
2021	2020	2021	2020	2021	2020
Ativo					
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	14			
Total do ativo circulante	5	14			
Permanente					
Investimentos	462.400	-			
Total do ativo não circulante	462.400	-			
Total do Ativo	462.405	14			
Passivo e Patrimônio Líquido					
Passivo circulante					
Contas a pagar		10			
Total do passivo circulante	-	10			
Partes relacionadas		116	8		
Total do passivo não circulante	-	116	8		
Patrimônio líquido	-	-	-		
Capital social		402.290	10		
Reserva de lucros		59.995	(18)		
Atto para futuro aumento de capital - AFAC		4	4		
Total do patrimônio líquido	462.289	(4)			
Total do passivo	462.405	14			
Despesas e receitas operacionais					
Despesas administrativas					
Participação no lucro de controladas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial					
Distribuição de dividendos					
Transferência entre reservas					
Saldos em 31 de dezembro de 2021	402.290	4	59.995	(462.289)	

ESTRELA SSC HOLDINGS S.A.

CNPJ nº 29.400.630/0001-35

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro - (Em milhares de Reais - R\$)				Demonstrações dos fluxos de caixa			
Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Ativo							
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	2.056	691.535	44.858	695.737			
Contas a receber de clientes	23.987	16.614	35.412	47.741			
Tributos a recuperar	12	13	710	710			
Adiantamento a fornecedores			144				
Outros créditos			50.454				
Dividendos a receber	10.133	4.983					
Total do ativo circulante	36.188	713.145	131.578	744.188			
Não circulante							
Investimentos	2.598.633	1.738.353	2.893.869	2.163.151			
Propriedades para investimento	305.387	305.188	2.893.869	2.163.151			
Ativos biológicos							
Ativo intangível			18	18			
Direito de uso			40.661	40.019			
Total do ativo não circulante	2.904.020	2.043.541	2.934.548	2.216.526			
Total do Ativo	2.940.208	2.756.686	3.066.126	2.960.714			
Passivo							
Circulante							
Fornecedores	13.221	13.221	93.521	170.996			
Obrigações fiscais	282	621	3.242	2.514			
Obrigações sociais	24	24	24	24			
Contas a pagar para partes relacionadas	721	525	721	2.841			
Passivos de arrendamento			1.880	1.409			
Total do passivo circulante	14.248	14.367	99.388	177.788			
Não circulante							
Empréstimos de partes relacionadas	2.838.193	2.523.784	2.838.193	2.523.784			
Ações preferenciais a resgatar	15.000	10.000	15.000	10.000			
Passivos de arrendamento			40.778	40.607			
Total do passivo não circulante	2.853.193	2.533.784	2.893.971	2.574.391			
Total do passivo	2.867.441	2.548.151	2.993.359	2.752.179			
Patrimônio líquido							
Capital social	471.010	471.010	471.010	471.010			
Prejuízos acumulados	(398.243)	(262.475)	(398.243)	(262.475)			
Total do patrimônio líquido	72.767	208.535	72.767	208.535			
Total do passivo e patrimônio líquido	2.940.208	2.756.686	3.066.126	2.960.714			
Despesas e receitas operacionais							
Despesas administrativas							
Participação no lucro de controladas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial							
Distribuição de dividendos							
Transferência entre reservas							
Saldos em 31 de dezembro de 2021	402.290	4	59.995	(462.289)			

DIRETORIA

DAYANA ANTUNES DE SOUZA – Contadora – CRC 1SP320841/O-6

As Demonstrações Financeiras na íntegra encontram-se na sede da empresa.

BRACELL CELULOSE SOLÚVEL ESPECIAL PARTICIPAÇÕES LTDA.

CNPJ nº 31.026.351/0001-03

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 - (Em milhares de Reais - R\$)				Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto			
Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Ativo							
Circulante							
Caixa e equivalente de caixa	1.106	1.280	401.477	421.982			
Contas a receber de clientes			115.940	115.940			
Estoque			719.311	131.031			
Tributos a recuperar	152	10	323.350	35.149			
Outros valores a receber	1		76.325	12.550			
Total do ativo circulante	1.259	1.290	2.240.193	716.652			
Não circulante							
Aplicações financeiras	13.000	12.631	13.000	25.245			
Contas a receber de clientes			29	29			
Tributos a recuperar		134	521.070	311.657			
Imposto de renda e contribuição social diferidos			19.474				
Outros valores a receber	4.090		181.129	15.435			
Total do realizável a longo prazo	17.090	12.765	734.702	352.366			
Investimentos	1.167.555	1.264.231					
Propriedade para investimento			44.059				
Ativos biológicos			2.407.894	1.550.541			
Imobilizado			13.310.387	8.949.969			
Intangível			651.665	643.876			
Direito de uso			2.975.936	2.071.199			
Total do ativo não circulante	1.184.645	1.276.996	20.124.643	13.567.951			
Total do ativo	1.185.904	1.278.286	22.364.836	14.284.603			
Passivo							
Circulante							
Financiamentos							
Fornecedores			52.707	166.805			
Obrigações sociais			613.579	458.639			
Obrigações fiscais			95.336	73.138			
Obrigações sociais	21	16	6.773	36.208			
Instrumentos financeiros derivativos				1.049			
Passivos de arrendamento			99.112	68.604			
Outros passivos	299	299	3.478	9.008			
Total do passivo circulante	320	315	870.985	813.451			
Não circulante							
Financiamentos			4.438.478	23.483			
Fornecedores partes relacionadas	486						
Empréstimos de partes relacionadas	738.067	679.860	7.419.854	8.942.777			
Provisão para perda investimentos - MEP	45						
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e civis			10.869	10.674			
Imposto de renda e contribuição social diferidos				101.745			
Passivos de arrendamento			2.825.999	1.868.515			
Total do passivo não circulante	738.598	679.860	14.695.200	10.947.194			
Total do passivo	738.918	680.175	15.566.185	11.760.645			
Patrimônio líquido							
Capital social	1.182.010	1.182.010	1.182.010	1.182.010			
Prejuízos acumulados	(735.024)	(583.899)	(735.024)	(583.899)			
Patrimônio líquido antes das participações dos não controladores e quase-capital	446.986	598.111	446.986	598.111			
Quase-capital							
Participação de acionistas não controladores			1.572.101	1.925.847		</	

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/1B51-F58B-456F-9244> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 1B51-F58B-456F-9244



Hash do Documento

E041C335BECF75548F19D2B22DF4584BB187DBD125528D1520F217EE3656B724

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 20/05/2022 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 20/05/2022 08:51 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS, LIVROS, REVISTAS LTDA - 64.186.877/0001-00



... continuação

9. Imobilizado - A composição e movimentação do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

10. Bem de direito de uso - Segue a composição e movimentação do ativo de bem de direito de uso em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

11. Intangível - Composição e movimentação do ativo intangível em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

12. Fornecedores - Composição e movimentação do passivo por fornecedores em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

13. Partes relacionadas - Remuneração do pessoal-chave da Administração: A Companhia não realizou pagamentos de remuneração do pessoal-chave de...

14. Capital social - Em 23 de dezembro de 2021 a Hidrovias do Brasil - Holding Norte S.A., única acionista da Companhia aprovou aumento de capital social da Companhia no montante de R\$ 160.000 mediante a emissão de 160.000,000 (cento e sessenta mil) ações de novas ações, nominativas, sem valor nominal...

15. Receita operacional líquida - Composição e movimentação da receita operacional líquida em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

16. Custos e despesas por natureza - Composição e movimentação dos custos e despesas por natureza em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

17. Resultado financeiro - Composição e movimentação do resultado financeiro em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

18. Imposto de renda e contribuição social - A tributação sobre o lucro compreendido o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 mil, no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência. O imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Os encargos de IRPJ e CSLL correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de imposto de renda, com relação às situações em que a regulamentação fiscal abre margem para interpretações. A Companhia estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às Autoridades Fiscais.

Hidrovias do Brasil Administração Portuária Santos S.A. - Composição e movimentação do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

Ativos - Valor justo por meio do resultado: Composição e movimentação dos ativos em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

Passivos - Valor justo por meio do resultado: Composição e movimentação dos passivos em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

Variação das taxas de juros - Composição e movimentação das taxas de juros em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

Instrumentos financeiros - Composição e movimentação dos instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

19.5. Gestão de capital: A política da Administração da Companhia é manter uma sólida estrutura de capital para manter a confiança dos investidores, credores e clientes de mercado, mantendo o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração da Companhia procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de alavancagem financeira (empréstimos) e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital equilibrada. A dívida da Companhia para a relação do patrimônio líquido final de 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 é apresentada a seguir:

20. Seguros - A Companhia e suas controladas mantêm a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos visando cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de suas atividades, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 65.946.108-0 SSSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 120.245.827-02, residente e domiciliado na Avenida Cidade Jardim, nº 803, 8º andar, Itaim Bibi, CEP 01453-000, para ocupar o cargo de Diretor Presidente. 5.5. Eleger, nesta data, para compor a Diretoria da Companhia, o Sr. Helder Santo Cavallini, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 11.106.095-0 IPR/RJ e inscrito no CPF/ME sob o nº 000.804.017-67, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Avenida Cidade Jardim, nº 803, 8º andar, Itaim Bibi, CEP 01453-000, para ocupar o cargo de Diretor Presidente. 5.6. Eleger, nesta data, para compor a Diretoria da Companhia, o Sr. Fernando Mitsuhito Tomonaga Maciel, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 63.407.741-7 SSSP/SP e inscrito no CPF/ME sob o nº 055.196.531-27, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Avenida Cidade Jardim, nº 803, 8º andar, Itaim Bibi, CEP 01453-000, para ocupar o cargo de Diretor Vice-Presidente. 5.7. Assim, a Diretoria da Companhia passará a ter a seguinte composição: (i) Sr. Antonio Fernando Checchia Wever, Diretor Presidente da Companhia; (ii) Sr. Helder Santo Cavallini, Diretor Financeiro da Companhia; e (iii) Sr. Rafael Freitas de Aguiar, Diretor Vice-Presidente da Companhia. 5.7.1. O prazo dos mandatos dos Diretores retro elencados será de 01 (um) ano, a contar da presente data, ou seja, terá vigência até 29 de novembro de 2022. 5.7.2. Os Diretores ficam investidos nos seus respectivos cargos na Diretoria da Companhia, mediante a assinatura do respectivo termo de posse, a ser lavrado no Livro de Atas das Reuniões da Diretoria, com a assinatura de declaração de desimpedimento, para o exercício de suas funções, nos termos do artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações segundo a qual declararam, sob as penas da lei, que não estão impedidos por lei de exercer a administração da Companhia e nem estão condenados ou sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. 6. Encerramento: Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. São Paulo, 29 de novembro de 2021. Mesa: Antonio Fernando Checchia Wever - Presidente; Thiago Sales Rocha - Secretário. Conselheiros: Antonio Fernando Checchia Wever; Thiago Sales Rocha; Julia Guerra de Azeredo. JUCESP nº 657.258/21-0 em 20/12/21. Gisela Sirmema Ceschin - Secretária-Geral.

21. Eventos subsequentes - Contrato com a Método Engenharia S/A: A Método Engenharia S/A ("Método") e a Hidrovias do Brasil Administração Portuária Santos S.A. celebraram um contrato para fornecimento e construção em regime de empreitada integral na modalidade EPC no porto de Santos ("Contrato"). Em 13 de julho de 2021, a Método e a Companhia celebraram o Quinto Aditivo ao Contrato de Engenharia, Fomento e Construção em Regime de Empreitada Integral na Modalidade EPC (Engineering, Procurement and Construction) Turn-Key por Preço Global ("Quinto Aditivo"), de forma a acordar pela desistência conjunta de arbitragem anteriormente instaurada, renunciar aos pleitos até então existentes e dar continuidade à relação contratual entre as partes, com a retomada das atividades relacionadas à obra, a manutenção dos prazos de entrega inicialmente acordados e a repactuação de determinadas condições contratuais. Motivada por novo cenário de inadimplimento pela Método, a Companhia rescindiu o Contrato com a Método e ingressou com medida cautelar pré-arbitral no dia 10/11/2021, com pedido liminar para determinação do cumprimento imediato dos procedimentos de rescisão do Contrato, em razão da inércia da Método. O pedido liminar foi concedido em 26/11/21 para a desmobilização do canteiro da obra pela Método até 11/12/2022. Em janeiro de 2022, requereu a instauração de procedimento arbitral na forma pactuada em Contrato. Em paralelo, a Companhia atuou para retomada das obras mediante mobilização de empresas especializadas e cumprimento do cronograma proposto.

22. Fornecedores nacionais - Composição e movimentação dos fornecedores nacionais em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

23. Fornecedores internacionais - Composição e movimentação dos fornecedores internacionais em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

24. Fornecedores - Composição e movimentação dos fornecedores em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

25. Fornecedores - Composição e movimentação dos fornecedores em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

26. Fornecedores - Composição e movimentação dos fornecedores em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

27. Fornecedores - Composição e movimentação dos fornecedores em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

28. Fornecedores - Composição e movimentação dos fornecedores em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

29. Fornecedores - Composição e movimentação dos fornecedores em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

30. Fornecedores - Composição e movimentação dos fornecedores em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

Mogi Taboão Investimentos Imobiliários e Participações S.A.

Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 29 de Novembro de 2021

Data, Hora e Local: Realizada aos 29 (vinte e nove) dias do mês de novembro de 2021, às 09:00, na sede social da Mogi Taboão Investimentos Imobiliários e Participações S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Cidade Jardim, nº 803, 8º andar, Sala K, Itaim Bibi, CEP 01453-000. Convocação e Presença: Dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), tendo em vista a presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia. Mesa: Escolhido por unanimidade assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Antonio Fernando Checchia Wever, que convidou a mim, Sr. Thiago Sales Rocha, para secretariá-lo. Ordem do Dia: Deliberar sobre a (i) renúncia dos Srs. Helder Santo Cavallini e Rafael Freitas de Aguiar, abaixo qualificados, dos seus cargos exercidos no Conselho de Administração da Companhia; (ii) reeleição do Sr. Antonio Fernando Checchia Wever como membro do Conselho de Administração da Companhia; e (iii) eleição de dois novos membros para compor o Conselho de Administração da Companhia. Deliberações: Declarada aberta a sessão, o Sr. Presidente iniciou os trabalhos e, depois de discutidos os assuntos previstos na ordem do dia, foram tomadas as deliberações descritas abaixo, por unanimidade de votos dos acionistas, sem qualquer ressalva, reservas ou oposição por parte de qualquer dos acionistas da Companhia: 1. Aprovar e ratificar a renúncia, com efeitos imediatos, do Sr. Helder Santo Cavallini, brasileiro, solteiro, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 44.228.912-1 SSSP/SP inscrito no CPF/ME sob o nº 409.724.988-69, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Avenida Cidade Jardim, nº 803, 8º andar, Itaim Bibi, CEP 01453-000, ao cargo que exercia no Conselho de Administração da Companhia, a saber, Conselho Vice-Presidente, conforme termo de renúncia apresentada nesta data à Companhia, a ser lavrado no Livro de Reuniões do Conselho de Administração da Companhia. 2. Aprovar e ratificar a renúncia, com efeitos imediatos, Sr. Rafael Freitas de Aguiar, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 11.106.095-0 IPR/RJ e inscrito no CPF/ME sob o nº 000.804.017-67, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Avenida Cidade Jardim, nº 803, 8º andar, Itaim Bibi, CEP 01453-000, ao cargo que exercia no Conselho de Administração da Companhia, a saber, Conselho Vice-Presidente, conforme termo de renúncia apresentado nesta data à Companhia, a ser lavrado no Livro de Reuniões do Conselho de Administração da Companhia. 3. Reeleger, nesta data e com efeitos imediatos, para compor o Conselho de Administração da Companhia, o Sr. Antonio Fernando Checchia Wever, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 12.147.128 SSSP/SP e inscrito no CPF/ME sob o nº 086.579.608-42, que deixa de ocupar o cargo de Conselho sem designação específica e passa a ocupar o cargo de Conselho Presidente. 4. Eleger, nesta data e com efeitos imediatos, para compor o Conselho de Administração da Companhia, o Sr. Thiago Sales Rocha, brasileiro, solteiro, engenheiro civil, portador da cédula de identidade RG nº 2003009206340 SSP-CE, inscrito no CPF/ME sob o nº 059.944.663-36, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Avenida Cidade Jardim, nº 803, 8º andar, Itaim Bibi, CEP 01453-000, para ocupar o cargo de Conselho Vice-Presidente. 5. Eleger, nesta data e com efeitos imediatos, para compor o Conselho de Administração da Companhia, a Sra. Julia Guerra de Azeredo, brasileira, solteira, engenheira civil, portadora da cédula de identidade RG nº 39.785.415-8 SSP-SP, inscrita no CPF/ME sob o nº 378.499.468-71, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Avenida Cidade Jardim, nº 803, 8º andar, Itaim Bibi, CEP 01453-000, para ocupar o cargo de Conselheira sem designação específica. 6. Assim, o Conselho de Administração da Companhia passa a ter a seguinte composição: (i) Sr. Antonio Fernando Checchia Wever - Conselho Presidente; (ii) Sr. Thiago Sales Rocha - Conselho Vice-Presidente; e (iii) Sra. Julia Guerra de Azeredo - Conselheira sem designação específica. 6.1. O prazo dos mandatos dos membros do Conselho de Administração da Companhia retro elencados será de 01 (um) ano, a contar da presente data, ou seja, terá vigência até 29 de novembro de 2022. 6.2. Os membros do Conselho de Administração da Companhia retro elencados ficam, desde logo, investidos nos seus respectivos cargos mediante assinaturas dos respectivos termos de posse lavrados no Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração da Companhia, com as assinaturas de declaração de desimpedimento, nos termos do artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações, para o exercício de suas funções, segundo a qual declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos por lei de exercer a administração da Companhia e nem estão condenados ou sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso aos cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foi redigida a presente ata que, depois de lida e aprovada, foi por todos os presentes assinada, tendo as deliberações sido tomadas por unanimidade de votos. São Paulo, 29 de novembro de 2021. Mesa: Antonio Fernando Checchia Wever - Presidente; Thiago Sales Rocha - Secretário. Acionistas: Pátria Real Estate II Multiestratégia - Fundo de Investimento em Participações, p. Pátria Investimentos Ltda., p. Antonio Fernando Checchia Wever, Real Estate V Investimentos Imobiliários e Participações Ltda., p. Rafael Freitas de Aguiar e Vitor Delduque. JUCESP nº 657.257/21-7 em 20/12/21. Gisela Sirmema Ceschin - Secretária-Geral.

Mogi Taboão Investimentos Imobiliários e Participações S.A.

Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 29 de Novembro de 2021

Data, Hora e Local: Realizada no dia 29 (vinte e nove) do mês de novembro do ano de 2021, às 09h15m, na sede social da Mogi Taboão Investimentos Imobiliários e Participações S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Cidade Jardim, nº 803, 8º andar, Sala K, Itaim Bibi, CEP 01453-000. 2. Convocação e Presença: Dispensada a convocação, tendo em vista a presença de acionistas representando a totalidade dos membros do Conselho de Administração. 3. Mesa: Escolhido por unanimidade, assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Antonio Fernando Checchia Wever, que convidou a mim, Sr. Thiago Sales Rocha, para secretariá-lo. 4. Ordem do Dia: Deliberar sobre (i) a renúncia dos Srs. Fernanda Barreiros Rosalem, Vitor Delduque e Rafael Freitas de Aguiar, todos abaixo qualificados, de seus cargos exercidos na Diretoria da Companhia; e (ii) a eleição de novos membros para compor a Diretoria da Companhia. 5. Deliberações: Depois de discutidas as matérias constantes da ordem do dia, os Conselheiros deliberaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições: 5.1. Aprovar e ratificar a renúncia, com efeitos imediatos, da Sra. Fernanda Barreiros Rosalem, brasileira, divorciada, administradora de empresas, portadora da cédula de identidade RG nº 25.699.604-0 SSSP/SP inscrita no CPF/ME sob o nº 171.764.048-60, com escritório na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Cidade Jardim, nº 803, 8º andar, Itaim Bibi, CEP 01453-000, ao cargo que exercia na Diretoria da Companhia, a saber, Diretora Presidente, conforme termo de renúncia apresentado nesta data à Companhia, a ser lavrado no Livro de Atas das Reuniões da Diretoria da Companhia. 5.2. Aprovar e ratificar a renúncia, com efeitos imediatos, do Sr. Vitor Delduque, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 65.946.108-0 SSSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 120.245.827-02, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Avenida Cidade Jardim, nº 803, 8º andar, Itaim Bibi, CEP 01453-000, ao cargo que exercia na Diretoria da Companhia, a saber, Diretor Financeiro, conforme termo de renúncia apresentado nesta data à Companhia, a ser lavrado no Livro de Atas das Reuniões da Diretoria da Companhia. 5.3. Aprovar e ratificar a renúncia, com efeitos imediatos, do Sr. Rafael Freitas de Aguiar, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 11.106.095-0 IPR/RJ e inscrito no CPF/ME sob o nº 000.804.017-67, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Avenida Cidade Jardim, nº 803, 8º andar, Itaim Bibi, CEP 01453-000, ao cargo que exercia na Diretoria da Companhia, a saber, Diretor Financeiro, conforme termo de renúncia apresentado nesta data à Companhia, a ser lavrado no Livro de Atas das Reuniões da Diretoria da Companhia. 5.4. Eleger, nesta data, para compor a Diretoria da Companhia, o Sr. Antonio Fernando Checchia Wever, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 12.147.128 e inscrito no CPF/ME sob o nº 086.579.608-42, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Avenida Cidade Jardim, nº 803, 8º andar, Itaim Bibi, CEP 01453-000, que ocupará o cargo de Diretor Presidente. 5.5. Eleger, nesta data, para compor a Diretoria da Companhia, o Sr. Helder Santo Cavallini, brasileiro, solteiro, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 44.228.912-1 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 409.724.988-69, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Avenida Cidade Jardim, nº 803, 8º andar, Itaim Bibi, CEP 01453-000, que ocupará o cargo de Diretor Financeiro. 5.6. Eleger, nesta data, para compor a Diretoria da Companhia, o Sr. Fernando Mitsuhito Tomonaga Maciel, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 63.407.741-7 SSSP/SP e inscrito no CPF/ME sob o nº 055.196.531-27, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Avenida Cidade Jardim, nº 803, 8º andar, Itaim Bibi, CEP 01453-000, que ocupará o cargo de Diretor Vice-Presidente. 5.7. Assim, a Diretoria da Companhia passará a ter a seguinte composição: (i) Sr. Antonio Fernando Checchia Wever, Diretor Presidente da Companhia; (ii) Sr. Helder Santo Cavallini, Diretor Financeiro da Companhia; e (iii) Sr. Fernando Mitsuhito Tomonaga Maciel, Diretor Vice-Presidente da Companhia. 5.7.1. O prazo dos mandatos dos Diretores retro elencados será de 01 (um) ano, a contar da presente data, ou seja, terá vigência até 29 de novembro de 2022. 5.7.2. Os Diretores ficam investidos nos seus respectivos cargos na Diretoria da Companhia, mediante a assinatura do respectivo termo de posse, a ser lavrado no Livro de Atas das Reuniões da Diretoria, com a assinatura de declaração de desimpedimento, para o exercício de suas funções, nos termos do artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações segundo a qual declararam, sob as penas da lei, que não estão impedidos por lei de exercer a administração da Companhia e nem estão condenados ou sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. 6. Encerramento: Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. São Paulo, 29 de novembro de 2021. Mesa: Antonio Fernando Checchia Wever - Presidente; Thiago Sales Rocha - Secretário. Conselheiros: Antonio Fernando Checchia Wever; Thiago Sales Rocha; Julia Guerra de Azeredo. JUCESP nº 657.258/21-0 em 20/12/21. Gisela Sirmema Ceschin - Secretária-Geral.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/4DD2-39B0-5D69-C52A> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 4DD2-39B0-5D69-C52A



Hash do Documento

BDF0C69EAC79D46DD378A6163BEE3A8D492F026B7D2564A9070A549395A126A

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 20/05/2022 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 20/05/2022 08:51 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS, LIVROS, REVISTAS LTDA - 64.186.877/0001-00



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/9152-9467-1108-04B9> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 9152-9467-1108-04B9



Hash do Documento

D64F0CEEFC850B15DFDEB10E23FAB4737FA2755F332C2D40621730E96952BFF

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 20/05/2022 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 20/05/2022 08:51 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS, LIVROS, REVISTAS LTDA - 64.186.877/0001-00



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/E968-63F9-1AB7-54BF> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: E968-63F9-1AB7-54BF



Hash do Documento

959714CB0C0A075E9409F01620DFFCD3DB7D4C06757BE7D48E3B1B22C0AB63F2

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 20/05/2022 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 20/05/2022 08:51 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS, LIVROS, REVISTAS LTDA - 64.186.877/0001-00

